

Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

Trabalho de Conclusão de Curso 2

Orientadora: Prof.^a Dra. Teresa Cristina de Novaes Marques

Aluna: Luana Karen Gonçalves Querino da Silva

Matrícula: 190099976

RELATÓRIO

Podcast Elas na História

Brasília, 2024

Luana Karen Gonçalves Querino da Silva

Podcast Elas na História

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de licenciada em História.

Data de Defesa oral: 22/11/2024

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Teresa Cristina de Novaes Marques
Orientadora

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho
Membro da Banca

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres
Membro da Banca

Brasília, 2024

RESUMO

No Brasil, a participação da mulher na política formal, como candidata e eleitora, tem menos de 100 anos. A conquista de 1932 chegou após mobilizações que remontam à própria formação do Brasil como nação. Este trabalho se situa no campo da História Pública, com a produção de um podcast em três episódios para contar um pouco sobre como se deu o processo de participação da mulher na política. O primeiro episódio vai tratar das sufragistas, que conquistaram o direito ao voto, na década de 1930. O segundo episódio fala da participação das deputadas federais na elaboração da Constituição de 1988. O terceiro episódio traz, por meio do depoimento de duas mulheres que exerceram o cargo de deputada federal, a experiência delas na arena política. Os três episódios contam com a participação tanto de personalidades que vivenciaram o momento histórico, quanto de especialistas no assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Política; Sufrágio; Assembleia Constituinte; Parlamentares

ABSTRACT

In Brazil, women's participation in formal politics, as candidates and voters, is less than 100 years old. The achievement of 1932 arrived after mobilization that date back to the formation of Brazil as a nation. This work is affiliated to the Public History field of historiography. It develops itself into three podcast episodes which examine the way women integration into politics took place. The first episode will deal with the suffragettes, who won the right to vote in the 1930s. The second episode explores the participation of federal congresswomen in the drafting of the 1988 Constitution. The third episode brings up, through the testimony of two women who exercised the position of federal legislators, their experience in the political arena. The three episodes feature the participation of both female politicians and academic experts on the subject.

KEYWORDS: Women; Suffragism; Constituent Assembly; Congresswomen.

DEDICATÓRIA

Dedico este projeto àquela que veio quando eu já nem acreditava ser possível e revolucionou tudo ao meu redor. À minha pequena, Amora.

SUMÁRIO

1. RELATÓRIO	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO	7
3. PROBLEMA HISTORIOGRÁFICO	10
4. METODOLOGIA	14
4.1 HISTÓRIA PÚBLICA E HISTÓRIA ORAL	14
4.1.1 HISTÓRIA ORAL	14
4.1.2 HISTÓRIA PÚBLICA	15
ANEXO I	17
1. LINK PARA OUVIR O PODCAST ELAS NA HISTÓRIA NO SPOTIFY	17
ANEXO II	18
1. ROTEIRO ELAS NA HISTÓRIA – EP. 1 – AS SUFRAGISTAS	18
2. ROTEIRO ELAS NA HISTÓRIA – EP. 2 – AS CONSTITUINTES	30
3. ROTEIRO ELAS NA HISTÓRIA – EP. 3 – AS DEPUTADAS	48
BIBLIOGRAFIA	68
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE	70

1. RELATÓRIO

A elaboração do “Podcast Elas na História” partiu da inquietação sobre a necessidade de se dimensionar e, de certa forma, quantificar a importância da participação da mulher na política. Uma inquietação que nasceu há mais de 20 anos, quando comecei a vida profissional como secretária parlamentar e pude, de muito perto, acompanhar a atuação de deputados e deputadas federais.

Ao ser apresentada às possibilidades de Trabalho de Conclusão de Curso, na Licenciatura em História, avaliamos, a orientadora e eu, ser pertinente a elaboração de um produto nos termos da História Pública, de forma também a aproveitar minha formação em jornalismo. A opção pelo formato de *podcast* foi a considerada mais viável, tendo em vista as características deste meio, as condições de produção e o alcance potencial.

Definido o formato e o tema, recebi da orientadora o áudio de Bertha Lutz, que acabou norteando o primeiro episódio, *As Sufragistas*. O livro “O Voto Feminino no Brasil”, da professora Teresa Cristina de Novaes Marques foi fundamental na reconstrução da linha do tempo da conquista do voto feminino. Iniciei a elaboração do roteiro e, ao verificar a necessidade de entrevistar uma especialista no período, encontrei na orientadora Teresa Cristina a pessoa mais indicada.

O segundo episódio surgiu da identificação da importância da atuação das mulheres na Constituinte. Neste episódio, entrevistei fontes relevantes no processo de 1987/1988, de forma a reconstituir os passos dados pela bancada feminina e, principalmente, os desafios enfrentados. Participaram do episódio *As Constituintes* a presidente à época do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, Jacqueline Pitanguy; a ativista da causa das empregadas domésticas, Nair Jane; e a ex-deputada federal constituinte Moema São Thiago.

No terceiro episódio, *As Deputadas*, busquei parlamentares que exerceram mandatos na Câmara dos Deputados na década de 1990 e/ou no início do século 21. A ideia era exemplificar a atuação delas no Parlamento. Após contatar mais de dez ex-deputadas federais, obtive retorno de duas que, feliz acaso, são de partidos políticos distintos e, de certa forma, antagônicos no espectro político. Acredito que essa ocasionalidade enriqueceu o episódio, pois evidenciou dificuldades sofridas por ambas, independentemente da ideologia de cada uma.

Quando as entrevistas com a deputada Laura Carneiro e a ex-senadora Vanessa Grazziotin estavam prontas e o roteiro do terceiro episódio começou a ser escrito, senti necessidade de falar com uma autoridade acadêmica no assunto. Foi então que comecei a buscar contato com a professora doutora Lúcia Avelar. Apoiei-me no trabalho produzido por Avelar

desde as primeiras pesquisas no assunto, ainda em 2009/2010, quando fiz pós-graduação em Economia e Ciência Política. Após mais de 15 dias de tentativas de contato frustradas, recebo por e-mail uma mensagem de Avelar com indicação positiva para participação no projeto.

Certamente, a maior dificuldade na produção do *podcast* concentrou-se na marcação das entrevistas, um processo que, junto à escrita do roteiro, durou cerca de 5 meses. Encontrar pessoas dispostas a falar, principalmente mulheres deputadas federais, foi o mais difícil. E mesmo quando havia intenção de fala, dificuldades de agenda arrastaram o processo de captação de algumas entrevistas por meses.

De forma panorâmica, o “Elas na História” dimensiona a busca por participação política e a efetiva atuação das mulheres no parlamento brasileiro. Este projeto pode e merece ser continuado apresentando, de forma didática e atraente, a contribuição de mulheres na História. Acredito que, assim, podemos colaborar para sanar a lacuna que há quando se fala da contribuição de mulheres em diferentes áreas, no curso da História.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Partindo da representação cultural, reiterada há séculos, de que existem espaços legítimos para a atuação de mulheres e de homens - espaços esses que não se misturam, em diferentes lugares e períodos, visões conservadoras reforçaram a ideia de que a política não é para a mulher. Quando apresenta a tese sobre a violência simbólica sofrida por mulheres diante da dominação masculina, Bourdieu fala sobre a “experiência dóxica”, que enxerga as “arbitrárias divisões” do mundo social como naturais, aí incluído a divisão entre os sexos (Bourdieu, 2019: 23). Segundo o autor, a força masculina dispensa justificativa por impor-se como neutra.

“A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no próprio lar, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, as atividades do dia, o ano agrário, ou o ciclo da vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos.” (Bourdieu, 2019: 24)

Foram muitas as mudanças por quais passaram as sociedades brasileira e ocidental nos últimos 100 anos. Neste período, o trabalho para desnaturalizar o domínio masculino se constituiu em pauta fundamental da agenda feminista. Entre as conquistas, no Brasil, entram na conta o direito ao voto, em 1932; o Estatuto da Mulher Casada, de 1962, que deu a elas o direito de trabalhar sem precisar da permissão do marido, além do direito à herança e de pedir a guarda dos filhos em caso de separação; a Lei do Divórcio, de 1977, que tornou o ato uma opção legal no país; a criação da primeira Delegacia da Mulher, já na década de 1980, em São Paulo; o reconhecimento da igualdade entre mulheres e homens, garantido na Constituição Federal de 1988; a atualização do Código Civil brasileiro, que, em 2002, deixa de considerar a “falta de virgindade” como motivo para anular um casamento; a Lei Maria da Penha, de 2006, que passou a punir casos de violência doméstica; e a Lei do Femicídio, de 2015, que é o homicídio praticado contra a mulher por razões de gênero e em decorrência da violência doméstica e familiar, ou por menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Entretanto, ainda presente e consistente, a violência simbólica contra mulheres continua a moldar as várias camadas de relações sociais existentes. E não é diferente

na política. A exclusão das mulheres dos espaços de decisão é um problema para a realização plena da democracia. Conforme assevera Tremblay (2012: 29), a proporção de mulheres no parlamento é percebida como indicador de qualidade da representação política do país. Talvez em busca desse selo de qualidade, de personalidades políticas a organizações como as Nações Unidas se movimentaram, mais dinamicamente na década de 1990, para fazer avançar os índices de participação da mulher na política. Foi o caso da IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, na China, em setembro de 1995, cuja Declaração final descreveu como essencial para o bem-estar das mulheres a participação delas na política (Tremblay, 2012: 187).

No Brasil, após o sucesso do movimento sufragista, passou-se por períodos de instabilidade política que resultaram no fechamento do parlamento, em 1937, e no cerceamento da atividade parlamentar, em 1964 e enquanto durou a Ditadura Militar. Na redemocratização, as mulheres exerceram papel relevante na formulação da nova Constituição, entre 1986 e 1988. Avanços significativos sugeriram, como a equiparação de homens e mulheres em direitos e obrigações e a previsão das licenças maternidade e paternidade, sem prejuízo de salário ou emprego (Biroli, 2018: 186).

Na década de 1990, no Brasil, respondendo também ao cenário mundial, que pedia por mudanças no perfil de representação política, foram criadas ações afirmativas com o objetivo de incrementar a participação feminina na política.

Para além das análises sobre a eficácia do método de quotas eleitorais, passou-se a discutir meios de permanência da mulher na política formal/institucional. As barreiras para a entrada no sistema permaneceram e outras camadas surgiram. As discussões passaram a girar também sobre a identidade das mulheres eleitas. Para fazer frente ao “déficit de reconhecimento”, Avelar (2001) defende que não é necessário simplesmente eleger mais mulheres, mas eleger mais mulheres feministas. Esse movimento partiria da construção de identidades coletivas tecidas em redes de relações e de reconhecimentos de experiências de desigualdades vividas.

Pinto (2010) argumenta que a entrada das mulheres nos espaços de poder é freada pelos que desejam manter a todo custo a “ordem hierárquica” da sociedade. Quando uma mulher consegue furar esse bloqueio, não passa despercebida. “Quando uma mulher fala, sua fala tem uma marca: é a fala de uma mulher; quando uma mulher feminista fala, tem duas marcas, de mulher e de feminista.” (Pinto, 2010: 20). Segundo a autora, a recepção dessas falas marcadas é sempre vista em oposição à fala universal, ou seja, a fala masculina. E é esse modelo que precisamos desconstruir ou desnaturalizar.

Se há que se eleger mulheres conscientes da pauta feminista, é porque tem sido eleitas mulheres sem essa consciência. Entretanto, o critério para acesso aos cargos disponibilizados nas eleições proporcionais não contempla adesão à determinado modo de pensar. Se pegarmos como exemplo o sistema de cotas, o critério de acesso é fixado em relação ao sexo biológico e não à identidade política. Sendo assim, se resta identificada carência consciencial, a ampliação dessas consciências passa por processos localizados em etapas muito anteriores à disputa eleitoral. Para Pierre Bourdieu, para vencer a “submissão encantada” característica da dominação simbólica, é preciso bem mais que a simples conversão das “consciências e das vontades”.

“Só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmo, o próprio ponto de vista dos dominantes.” (Bourdieu, 2019: 75)

Na visão de Bourdieu (Bourdieu, 2019: 138), ao contar a história das mulheres – ou uma história das mulheres – é preciso dar lugar à história dos agentes e das instituições que atuam para garantir permanências, como o Estado, a Igreja e a Escola. Neste trabalho, vamos contar a história de como mulheres, nos últimos 100 anos, reinventaram o sistema para poderem participar do sistema.

3. PROBLEMA HISTORIOGRÁFICO

O longo processo de conquista do voto feminino contou com o protagonismo de mulheres que dedicaram a vida a este propósito. Na elaboração da Constituição de 1988, outras tantas mulheres deram contribuições que emprestaram à Carta Magna o título de Constituição Cidadã. Após a redemocratização, mais e mais mulheres ocuparam postos importantes na política formal. No entanto, permanece uma agenda que delega à mulher posição marginal no processo político nacional. E é a este desafio adicional que pretendemos fazer frente com este projeto.

Após a instalação do regime de governo republicano no Brasil, em 15 de novembro de 1889, levou-se 42 anos para que as mulheres enfim conquistassem o direito ao voto, com o novo Código Eleitoral decretado por Getúlio Vargas em 24 de fevereiro de 1932. Ainda na Monarquia, nas discussões sobre reformas eleitorais, a extensão do voto às mulheres chegou a ser discutida, mas sem sucesso. Os debates acirraram-se no século XX, encabeçados inicialmente por professoras da educação infantil, como Leolinda de Figueiredo Daltro (Marques, 2019: 77).

A primeira Constituição brasileira, outorgada dois anos após a independência do Brasil de Portugal, data de 24 de março de 1824. O documento trabalhou com o conceito de “cidadão ativo” para designar as pessoas aptas a votar. Nas eleições para os governos locais, podiam votar todos os cidadãos ativos, ou seja, maiores de 25 anos e com renda anual mínima de 100 mil reis. Já nas eleições provinciais, os “cidadãos ativos” só podiam votar se tivessem renda mínima de 200 mil réis por ano. Ao redigir o documento, o legislador optou por usar os substantivos no masculino, o que não deixava claro se as mulheres estavam representadas na classe de “cidadãos ativos”.

Os homens daquela época entenderam que a mulher não era “cidadã ativa”. Segundo Marques (2019), o uso do termo “cidadãos ativos” e “cidadãos passivos” vinha da política francesa. Nessa interpretação, as mulheres pertenciam à classe dos “cidadãos passivos”. “Elas usufruíam de direitos civis – e por isso poderiam receber herança -, mas não podiam exercer opinião sobre assuntos políticos” (Marques, 2019: 29). Como a constituição francesa serviu de inspiração para a brasileira, aproveitou-se a interpretação para negar o voto às mulheres.

Anos mais tarde, durante a elaboração da Constituição de 1891 – a primeira da República - discutiu-se de forma explícita a extensão do voto às mulheres. Apesar de haver posicionamentos públicos favoráveis ao voto feminino e de o texto final da Constituição de

1891 não ter proibido as mulheres de votar, as tentativas de alistamento eleitoral feitas por mulheres nos anos seguintes não foram exitosas. A Carta Magna de 1891 estabeleceu que todos os cidadãos maiores de 21 anos poderiam votar e serem votados, menos os mendigos, os analfabetos, os soldados rasos e os religiosos sujeitos a voto de obediência. Na dúvida sobre as mulheres, as juntas de alistamento eleitoral interpretaram literalmente a palavra “cidadão” como sendo uma palavra que abrangia apenas o sexo masculino, rejeitando pedidos de alistamento de mulheres adultas e escolarizadas.

No livro “O Voto Feminino no Brasil”, a historiadora Teresa Cristina de Novaes Marques traça uma cronologia do estabelecimento do direito ao voto no Brasil. O direito da mulher ao voto foi primeiro estabelecido em um dos estados brasileiros, o Rio Grande do Norte. Em 1927, foram feitas mudanças no código eleitoral do Estado a fim de permitir que as mulheres pudessem votar. Neste mesmo ano, a professora Celina Guimarães, de Mossoró, se tornou a primeira brasileira a fazer o alistamento eleitoral. A conquista desse direito no Rio Grande do Norte trouxe benefícios para a luta feminista, que batalhava pela expansão do voto das mulheres para todo país. Um ano depois, em 1928, também no Rio Grande do Norte, Alzira Soriano foi eleita prefeita de Lajes, se tornando a primeira mulher eleita para ocupar um cargo público no país.

Em 1930, Getúlio Vargas chegou ao poder por meio de uma revolução. Naquela época, o movimento nacional para assegurar o direito à participação feminina na política tinha ganhado força. Finalmente, em 1932, a mulher conquistou o direito de votar, com a edição do Decreto nº 21.076, que instituiu o Código Eleitoral Brasileiro. O artigo segundo do referido código afirmava ser “eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo”. Uma conquista que foi possível, nesses termos, graças à pressão feita por líderes do movimento feminista, como Bertha Lutz, sobre políticos e, em alguns momentos, sobre o próprio presidente Getúlio Vargas.

Em 1932, com o novo Código Eleitoral garantindo o direito de mulheres, de votarem e de serem votadas, a Assembleia Nacional Constituinte, que seria instalada no ano seguinte, contou com a candidatura de sete mulheres pelo Distrito Federal, que àquela época ficava no Rio de Janeiro. A mais votada foi Bertha Lutz, com 16.423 votos, número insuficiente para ser eleita, mas que garantia a primeira suplência do Partido Autonomista (Marques, 2019: 110).

Em São Paulo, Carlota Pereira de Queirós teve mais sucesso. Foi como coordenadora do Departamento de Assistência aos Feridos, durante o movimento paulista de 1932 em favor da reconstitucionalização do país, que Carlota obteve popularidade. Na eleição

para a Constituinte, a médica teve cerca de 176 mil votos, tornando-se a primeira mulher a assumir uma cadeira na Câmara dos Deputados. Após o fim da Constituinte, Carlota foi novamente eleita deputada federal em outubro de 1934.

Em todo o mundo, o direito de votar foi uma conquista gradual. Com a ascensão do capitalismo, difundiu-se a noção de que outros indivíduos e grupos interessados nos negócios públicos contribuíam para a manutenção dos estados e, por isso, tinham discernimento e independência para serem eleitores. Entretanto, a extensão do sufrágio preocupava os que detinham o poder, pois viam no voto um instrumento que conferiria maior independência ao povo, abrindo as portas para que fossem reivindicados mais direitos de cidadania. Assim sendo, a resposta dada à demanda pelo direito ao voto variou de país a país. (Avelar, 2001).

Com o fim da Era Vargas, deposto por um golpe militar em outubro de 1945, o general Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente do Brasil. A quarta Constituição da República brasileira surgiu menos de um ano após a eleição de Dutra, em 18 de setembro de 1946. Essa nova Constituição estabeleceu a liberdade de organização partidária, a livre associação de classe, a liberdade de manifestação de massa, o direito à greve, a liberdade e garantia individuais para a expressão do pensamento, a inviolabilidade da correspondência e da moradia, a liberdade de imprensa e a educação para todos. Foi a partir da Constituição de 1946 que o voto feminino passou a ser obrigatório. A única condição para que ambos os sexos pudessem votar era que demonstrassem ser alfabetizados.

A despeito das conquistas femininas, nos anos que se seguiram à Constituição de 1946, a participação da mulher na política em nível nacional continuou tímida. Uma das razões apontadas por Avelar é o lento processo de mudança política no país, principalmente no que diz respeito aos direitos de cidadania. A chegada dos militares ao poder, em 1964, retardou ainda mais o já lento processo de garantia dos direitos civis no Brasil e, conseqüentemente, a participação mais efetiva da mulher na política.

A legislação eleitoral, no período compreendido entre a deposição de João Goulart (1964) e a eleição de Tancredo Neves (1985), foi marcada por uma sucessão de atos institucionais e emendas constitucionais, leis e decretos-leis com os quais a Ditadura Militar conduziu o processo eleitoral de maneira a adequá-lo aos seus interesses. Finda a Ditadura, a participação feminina aumentou com a redemocratização do país.

Elaborada em meio à efervescência dos movimentos sociais pela garantia dos direitos civis, a Constituição brasileira de 1988, também chamada de “Constituição Cidadã”, manteve os direitos já adquiridos pela mulher nas cartas anteriores e determinou que o voto

fosse obrigatório para todo brasileiro com mais de 18 anos, inovando com o voto facultativo para os analfabetos e para quem tem 16 e 17 anos ou mais de 70 anos. Passados 187 anos da primeira Constituição brasileira, elaborada ainda o Império, a proibição de votar atinge agora apenas os estrangeiros e aqueles que prestam o serviço militar obrigatório.

Em 2022, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, 91 mulheres foram eleitas deputadas federais, 17,7% do total de 513 parlamentares. Nos estados e no Distrito Federal, foram eleitas 190 deputadas estaduais/distritais, cerca de 18% dos eleitos em todo país.¹ Nos governos estaduais, dentre as 27 unidades da federação, apenas 2 mulheres foram eleitas governadoras: Fátima Bezerra (PT), no Rio Grande do Norte, e Raquel Lyra (PSDB), em Pernambuco. No Senado, quatro mulheres conseguiram o mandato, entre 27 senadores eleitos em 2022. Apesar da pouca representatividade nos espaços formais de poder, também segundo o TSE, em 2022, o eleitorado apto a votar era formado por 53% de mulheres e 47% de homens.

Os dados do TSE juntam-se ao ranking feito pelo Inter-Parliamentary Union, uma organização internacional que reúne dados de parlamentos de estados soberanos.² Segundo o ranking atualizado em fevereiro de 2024, o Brasil ocupa a posição 135 entre 190 países, em termos de representatividade feminina na política. Os dados mostram o Brasil atrás de países como Ruanda, Cuba e Nicaragua, os três primeiros colocados. Em relação a países da América do Sul, o Brasil está atrás de: Bolívia, Argentina, Peru, Equador, Guiana, Chile, Suriname, Colômbia, Uruguai, Paraguai.

¹Tribunal Superior Eleitoral. <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas> Acessado em 2/02/2024

² Inter-Parliamentary Union. Monthly ranking of women in national parliaments. <https://data.ipu.org/women-ranking?month=2&year=2024> Acessado em 16/4/2024

4. METODOLOGIA

4.1 HISTÓRIA PÚBLICA E HISTÓRIA ORAL

A metodologia escolhida para dar vida a este trabalho de pesquisa envolve o campo da História Pública em conexão com a História Oral, duas modalidades relativamente novas na Academia, especialmente a História Pública, que conta com estudos ainda em construção.

4.1.1 HISTÓRIA ORAL

Ao entrevistar mulheres anônimas no Brasil do início dos anos 1980 e reunir os relatos no livro *Brazilian Women Speak: Contemporary Life Stories* (1988), Daphne Patai se tornou referência para trabalhos com narrativas pessoais.

Anos mais tarde, a autora reflete sobre o papel do entrevistador perante o entrevistado, os ganhos possíveis (materiais e intelectuais) e a conduta adequada na relação entrevistado-entrevistador. Preocupações centradas na ética da abordagem, da escrita e das consequências, que devem estar presentes nas entrevistas necessárias para pôr em prática um trabalho que se utilize da história oral. Segundo Patai (2010: 20), o material resultante de uma história oral deve ser compreendido como um “ponto de intersecção entre duas subjetividades - a do entrevistador e a do entrevistado”.

No Podcast “Elas na História”, fizemos entrevistas que, somadas à pesquisa em jornais, livros e sessões da Câmara dos Deputados, formaram a base de construção dos episódios. Entendemos que a construção histórica a partir de relatos pessoais é passível de imprecisões, entretanto, Patai destaca, nesse sentido, que a exatidão e a objetividade não devem ser condicionantes para a realização de história oral. “Histórias orais não são transparências. Mesmo que nos convidem a vislumbrar o mundo no qual tomam forma - no caso do meu livro, o mundo das mulheres brasileiras -, elas são densas, preenchidas pelo seu próprio som.” (p. 64).

Uma outra crítica apresentada à História Oral e posta em perspectiva por Patai é a de que o campo não se dedica a checar a veracidade ou a falsidade do que é contado. Nestes casos, Patai argumenta que “não há mentiras em história oral”, no sentido de que “construindo um eu”, o narrador revela suas intenções, o que deseja apresentar ao mundo. Nesse sentido, seu autorretrato é de fato “verdadeiro”. (Patai, 2010: 121).

A respeito deste tópico, Mauad e Dumas (2011: 83) argumentam que para que as fontes orais “sejam objeto da reflexão histórica e componham o texto historiográfico, elas devem ter sua substância de expressão preservada”, ou seja, a sonoridade que define sua natureza histórica deve fazer parte da análise. No caso das fontes orais preexistentes, pressupõem-se que haja registros sobre sua produção. Já no caso de entrevistas produzidas especificamente para a pesquisa, há uma espécie de “contrato social” entre o pesquisador e entrevistado. O primeiro, é dono de um saber consolidado. O segundo, é detentor do conhecimento que provém da experiência vivida. As partes representam, por um lado, “o espaço da universidade como legitimador da experiência histórica, e por outro, a legitimidade da experiência social como conhecimento histórico” (Mauad et al., 2011: 85). Para os autores, só a confiança na legitimidade dessas instâncias permitirá a produção do conhecimento intersubjetivo.

Ao discutir o papel da história oral, François (2006) cita dois argumentos utilizados por aqueles que defendem ser o campo uma “outra história”. O primeiro é o de que a história oral reverbera a voz dos dominados, dos desimportantes e dos excluídos, como mulheres, proletários e povos marginalizados. Outro é de que a história oral é inovadora em sua abordagem por trazer uma história atenta às maneiras de ver e sentir, portanto, subjetiva e individual. Há, aqui, um desafio epistemológico, tendo em vista a necessidade de se reduzir ou eliminar a expectativa de alcançar a verdade; e um desafio de ordem política, ao ouvir os que são deixados de fora da narrativa convencional. Ao propor ouvir deputadas e/ou ex-deputadas federais sobre suas impressões acerca do ambiente político, imagino estar seguindo uma trilha que se tornou possível com a história oral.

As falas e entrevistas reunidas para o *Podcast Elas na História* foram selecionadas segundo o grau de contribuição para o tema principal do episódio e segundo a disponibilidade de fontes orais.

4.1.2 HISTÓRIA PÚBLICA

A História Pública, vista como campo, técnica ou metodologia, foi o segundo instrumento utilizado para dar vida a este projeto. O campo vem ganhando notoriedade pela disposição em derrubar os muros da academia para levar conhecimento científico ao público leigo.

A ideia de dar protagonismo ao historiador na divulgação da história não é relativamente nova. Como conta Tavares e Carvalho (2019: 9), o historiador francês Jacques

Le Goff, já no início dos anos 1980, destacava o triunfo da história, mas não necessariamente do historiador. Acontece que a História para consumo e apreciação do público leigo estava sendo e ainda tem sido feita majoritariamente por jornalistas ou por “historiadores amadores”. E, para melhorar a qualidade do debate público, Tavares e Carvalho consideraram essencial que historiadores encampem a ideia da História Pública.

Já para Almeida e Rovai (2011:7), a História Pública não pode ser vista apenas como oportunidade de conservação e divulgação da História, mas também como possibilidade de construção de conhecimento pluridisciplinar.

Um dos pioneiros no campo da História Pública no Brasil e responsável pelo *Podcast História FM*, Icles Rodrigues (2019) afirma ser necessário ocupar espaços não usando diplomas como “totens de autoridade”, mas de um modo que o “público entenda o motivo pelo qual nem tudo se encerra no campo da ‘opinião’, e que nem todas as narrativas são válidas - deve-se atentar para o método, para o respaldo em fontes, evidências e análises de outros profissionais da área.” (Rodrigues, 2019: 91).

Em sua reflexão sobre História Pública, Liddington (2011: 34) afirma que a área está ligada à “como adquirimos nosso senso de passado”, evidenciando a importância o campo, em contraposição aos que torcem o nariz para o “fazer” História Pública. A construção desse “senso de passado” vai ser influenciada pelo conjunto de experiências que temos, das quais não se excluem o contato com mídias modernas, museus, exposições e outras formas de fazer circular informação e conhecimento para um público heterogêneo, leigo e, muitas vezes, interessado em saber.

O suporte escolhido para levar ao público este trabalho é o podcast, mídia que, segundo a Enciclopédia Livre Wikipédia, teria nascido em 2004 e que ganhou destaque no Brasil nos últimos anos.³ O termo *podcast* pode ser definido como uma forma de publicação de arquivos multimídia na Internet, para assistir ao vivo ou descarregar no computador.

³ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Podcasting> acessado em 25/04/2024

ANEXO I

Link para ouvir o *Podcast Elas Na História* no Spotify:

<https://open.spotify.com/show/0FFbz2AoCyXNKCi4Jp9vHf?si=SZRWdj2eRrG-52H7ijAmQw>

ANEXO II

1. ROTEIRO ELAS NA HISTÓRIA - EP. 1 - AS SUFRAGISTAS

ÁUDIO BERTHA LUTZ:

“Segunda-feira, 8 de março de 1971. Vamos tentar fazer uma série de gravações subsidiárias ao projeto do livro sobre o histórico do movimento feminista brasileiro, a ser publicado pela federação, em homenagem aos seus 50 anos de existência.”

LOC

É muito provável que você nunca tenha ouvido essa voz. E nem é porque a dona dela tenha se expressado pouco ou não seja conhecida, mas porque essa mulher faz parte de uma época em que gravações de áudio não eram comuns, o que torna esse som que ouvimos algo bem raro. Sem mais delongas, a voz que abriu este programa pertence a Bertha Maria Júlia Lutz, ou apenas Bertha Lutz, uma das principais líderes do movimento pela conquista do voto feminino no Brasil. Em uma gravação de 38 minutos e 30 segundos, em poder do Arquivo Nacional, Bertha contou um pouco da luta para a conquista do voto feminino. E é com essa história que iniciamos o primeiro episódio do PodCast Elas na História. O assunto, claro, são as sufragistas. Eu sou Luana Karen.

SOB SOM VINHETA DE ABERTURA

LOC

Em 28 de julho de 1936, Bertha Lutz tomou posse no mandato de deputada federal. Convidei a jornalista Lorena Pacheco para narrar um trecho do discurso que Bertha fez à tribuna. Ao longo desse episódio, Lorena irá narrar outros trechos.

NARRADOR

“O lar é a base da sociedade, e a mulher estará sempre integrada ao lar; mas o lar não cabe mais no espaço de quatro muros – lar também é a escola, a fábrica, a oficina. Lar, Sr. Presidente, é, acima de tudo, o Parlamento, onde se votam as leis que regem a família e a sociedade humana.”

LOC

Na plateia, estava Carlota Pereira de Queiróz, a primeira mulher eleita para a Câmara dos Deputados, no Brasil. Bertha era suplente e teve direito à vaga pouco mais de dois anos após o início da Legislatura, com a morte do titular, Cândido Pessoa. Mas, para chegarem até aqui, como representantes eleitas do povo, foi necessário, antes, uma conquista fundamental: o direito de votar e de ser votada.

SOB SOM TRILHA

LOC

Para começar a contar essa história, a gente poderia voltar até o século XIX, quando o Brasil ficou independente de Portugal. Naquela época, as mulheres já lutavam para participar da política formal. Mas não é preciso voltar tanto no tempo para entender que não ter mulheres nos cargos de comando, não queria dizer que elas não tinham interesse em participar da vida pública. E muito menos que não participassem, de alguma maneira, das discussões e decisões políticas de cada época. Que o diga Maria Leopoldina, Maria Quitéria, Maria Felipa de Oliveira e outras tantas Marias que dividiram o século XIX com Nísia Floresta, Isabel de Sousa Mattos e Josefina Álvares de Azevedo. Mas vamos nos concentrar no século XX e nas sufragistas que pavimentaram o caminho por onde hoje passa cada mulher que deposita na urna, ou, para ser mais exata, aperta a tecla confirma (SOB SOM BG CONFIRMA URNA) na hora de escolher quem melhor lhe representa na arena política.

SOB SOM TRILHA

LOC

O mundo do início do século XX não era um lugar exatamente fértil para os direitos das mulheres. Quando os relógios marcaram meia noite e um, no dia primeiro de janeiro de 1901, apenas a Nova Zelândia permitia o voto feminino. Por lá, esse direito foi reconhecido em 1893. Depois, veio a Austrália, em 1902, e a Finlândia, em 1906. Nos Estados Unidos, a aclamada democracia modelo do ocidente, o voto feminino só se tornou lei em 1920. E, em muitos casos, essas conquistas vinham acompanhadas de restrições. Como explica a professora doutora Teresa Cristina de Novaes Marques, da Universidade de Brasília, que pesquisa, entre outros temas, a participação da mulher na política.

SOB SOM TERESA CRISTINA

Ah, o primeiro país que concedeu o voto às mulheres. Aí você vai lá atrás. Ai, quando você vai observar com atenção, os votos, eles foram sendo concedidos sempre de uma maneira restrita. Só no plano municipal. Depois, só para as eleições regionais. Eleições nacionais, só muito mais tarde. Mesmo a Nova Zelândia, precursora, que na época era uma colônia britânica, não foi uma franquia total, desde o início. Então, vamos dizer assim, você vai abrindo frestas. (COLA COM) Aí quais mulheres? E essa é uma outra pergunta que sempre tem que ser feita. Ah, só as solteiras. Essa é uma restrição que se impôs em vários lugares. As casadas não poderiam, porque isso afetaria a questão do poder marital. Então, essas resistências, elas foram quebradas, demorou muito para que houvesse uma franquia irrestrita em todo lugar.

LOC

Tá, mas e o Brasil? Bom, por aqui, essa conquista data de 24 de fevereiro de 1932, quando Getúlio Vargas, no governo provisório, decreta que mulheres alfabetizadas, maiores de 21 anos, podiam se alistar como eleitoras. Podiam. Pois é, o voto para mulheres começou sem ser obrigatório. Dois anos depois, a Constituição de 1934 incorporou o voto feminino ao aprovar a igualdade de direitos políticos entre homens e mulheres, maiores de 18 anos e alfabetizados. Mas o que nos interessa aqui neste podcast é como essa conquista se deu. E é esse caminho que vamos começar a trilhar agora.

SOB SOM TRILHA

LOC

No jornal *O Paiz*, editado no Rio de Janeiro, a primeira menção ao Partido Republicano Feminino surge na coluna social, no dia 19 de outubro de 1910, uma quarta-feira. Naquele dia, noticiou-se que um grupo de mulheres integrantes do Partido e lideradas por Leolinda Daltro entregou a Orsina da Fonseca uma “riquíssima palma de flores naturais”. Orsina era casada com o Marechal Hermes da Fonseca, que no mês seguinte viria a ser eleito presidente do Brasil. Fato é que Dona Orsina da Fonseca era simpática aos desejos delas por igualdade e abraçou essa causa no curto período em que ocupou o posto de primeira-dama do Brasil. Um exemplo foi o apoio que deu à criação da escola que acabou levando seu nome, Orsina da Fonseca, fundada por Leolinda em 1911 para oferecer formação profissional às mulheres. Orsina morreu apenas dois anos após a vitória do marido nas urnas, em 30 de novembro de 1912.

SOB SOM TRILHA

LOC

O Partido Republicano Feminino foi a primeira instância formal criada por mulheres para, entre outras batalhas, lutar pelo direito ao voto. Ele foi registrado no dia 17 de dezembro de 1910 e era presidido por Leolinda de Figueiredo Daltro, uma das sufragistas que ganharam destaque ao longo dessa mobilização. Leolinda nasceu no recôncavo baiano, em 14 de julho de 1859. Foi enterrada no Rio de Janeiro, em maio de 1935. Na lápide dela está escrito: “precursora do verdadeiro feminismo pátrio”. Professora de formação, a feminista Leolinda também era indigenista. Casou-se cedo e teve dois filhos. Se separou logo depois. Aos 24 anos, no segundo casamento, se mudou com a família para o Rio de Janeiro, em busca de uma vida melhor. Em 1916, portanto seis anos após a criação do Partido Feminino, Leolinda encaminhou à Câmara dos Deputados uma representação reivindicando o voto feminino. No documento, argumentou:

NARRADOR

“Não é realmente justo que quando se dá ao homem inculto o direito de voto, de intervenção nas coisas públicas, se negue à mulher instruída (que as há em grande número, principalmente nesta capital) esse mesmo direito. A grande maioria do professorado municipal desta cidade é constituído por mulheres. São elas que dão instrução aos futuros cidadãos, que têm sobre os ombros a difícil tarefa de preparo das novas gerações. Se a lei lhes deu tão grande responsabilidade; se o Estado reconhece a sua capacidade para tão alta função, qual seja a de educar e instruir a mocidade; se a Escola Normal, oficial, lhes conferiu um diploma que lhes habilita para esse espinhoso mister - como admitir que esse mesmo Estado possa negar-lhes capacidade para a simples escolha dos que devam ser os representantes do país nas assembleias legislativas e nos altos postos da administração pública? É o maior dos absurdos.”

LOC

Mais uma vez, a professora Teresa Cristina.

SOB SOM TERESA CRISTINA

As professoras, que foram as primeiras, o primeiro grupo social que vai ficar muito aborrecido de não ser capaz de votar, em detendo alguma coisa que era muito preciosa e muito rara numa sociedade letrada, como era a luso-brasileira do século XIX, que era o domínio da palavra

escrita. Então, elas alfabetizavam os meninos, mas elas próprias não podiam ter voz política. E, então, esse primeiro ensaio de movimento sufragista, ensaio, porque são poucas, ele caminha junto com o surgimento dos jornais escritos por mulheres, quase todos sustentados por professoras, porque você já tem uma feminização da carreira da docência primária. (COLAR COM) O passo seguinte, em algumas delas, é, em havendo oportunidade, porque não votar? O que que nos impede?

SOB SOM MARCHINHA DE CARNAVAL DE 1917

LOC

A mobilização de Leolinda não se restringiu aos palcos formais. No carnaval de 1917, ela organizou um carro alegórico chamado O Voto Feminino. O Jornal do Commercio, de 20 de fevereiro de 1917, uma terça-feira, noticiava o desfile, que indicava um “indisputável sucesso dos fenianos”. Assim descrevia: “O 12º carro, crítico, é uma espirituosa alusão à certa professora, a propósito do “Voto Feminino””. No dia seguinte, o Jornal do Commercio adiciona um pouco mais de acidez à descrição do 12º carro: “Interessante e espirituosa “charge” sobre conhecida professora, que se entrega a catechese dos índios, e que ultimamente se bate pelo voto feminino”. Tá, mas e como era esse tal carro alegórico? Mais a frente, finalmente uma descrição condizente. “A conhecida professora Daltro, defensora do voto das mulheres, engole o voto masculino, saindo da urna eleitoral”.

SOB SOM TERESA CRISTINA

A Leolinda era uma figura muito ousada, mas ela pagou um preço muito alto por essas ousadias. Ela ficou estigmatizada como uma mulher destemperada e isso a entristeceu. O fim da vida ela ficou entristecida, tá? Então, tem um pouco disso, assim das precursoras, que vão assim rasgando. Elas têm uma energia assim, talvez da juventude, de fazer as coisas, de mobilizar as pessoas.

SOB SOM GUERRA

LOC

Pouco depois do carnaval de 1917, em abril daquele ano, um navio brasileiro foi bombardeado por alemães. Seis meses depois, outro navio do Brasil sofreu com ataques alemães. Respondendo aos ataques e à pressão externa, o Brasil entra na Primeira Guerra Mundial ao lado da Tríplice Entente, formada por Inglaterra, França e Rússia.

SOB SOM TRILHA

LOC

1922. Nasce oficialmente a União Soviética. A Itália, com Mussolini no comando, torna-se facista. Nos Estados Unidos, Al Capone é preso. No Brasil, acontece a primeira transmissão de rádio. Também em terras tupiniquins, é criada em 1922 a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que no mesmo ano realiza o primeiro congresso internacional feminista no Rio de Janeiro.

SOB SOM TERESA CRISTINA

A natureza última da Federação, nos meus anos de estudo, eu diria que é um grupo de pressão. É um lobby. É um Lobby que tem uma certa plasticidade na sua pauta, a insistência na quebra da barreira do voto, que elas tentaram de todas as formas, ao longo da década de 20.

LOC

No auge, cerca de 100 mulheres participaram da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

SOB SOM TERESA

Eram mulheres letradas, muitas profissionais e isso já dava um diferencial em termos de extração social importante, porque era muito raro as mulheres alcançarem, superarem o ensino básico, primário. Em alguns estados, não havia nem ensino de segundo grau, ensino médio, a não ser aquelas que quisessem seguir carreira de professora, ensino normal, mas não havia ensino médio aberto para mulheres. Então, aquelas que se tornavam advogadas, pode botar na conta, eram pouquíssimas. As que conseguiam exercer ainda menos.

LOC

Entre essas mulheres estava Bertha Lutz, cuja voz conhecemos no início deste Podcast e vamos ter mais contato a partir de agora.

SOB SOM TRILHA

LOC

Em 1971, quando pegou o gravador e começou a falar, Bertha Lutz tinha a intenção de contribuir com um projeto de livro sobre o histórico do movimento feminista. A obra seria publicada como parte das comemorações dos 50 anos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. 1972 chegou e não encontramos nos jornais da época registros do lançamento do livro, apenas do aniversário da Federação. Um ano mais tarde, em 1973, o *Jornal do Brasil* publicou “Bertha Lutz: a glória tardia do primeiro livro”. Nada tinha a ver com política ou movimento feminista. A matéria falava do livro “Brazilian Species of Hyla”, primeira obra da bióloga Bertha Lutz e que havia sido publicado pela Universidade do Texas, nos Estados Unidos. No fim do artigo de 3 colunas, que ocupava o centro de uma página do caderno B, do dia 20 de dezembro de 1973, o autor descreve como vivia Bertha àquela altura. Esse trecho será narrado pelo sonoplasta José Maria Pardal.

NARRADOR

“Vivendo com uma aposentadoria de apenas CR\$ 1 700,00 até 1971 a Dra. Bertha Lutz dirigia o seu carro até o trabalho. Como a vista ficou fraca, embora o médico dissesse que ela poderia dirigir com calma e devagar, sem perigo, ela preferiu contratar um motorista, que três vezes por semana a leva nos recantos escolhidos para desenvolver suas pesquisas zoológicas.

- Meu trabalho não pode parar. Só sinto que aqui esteja tudo tão parado e atrasado no campo das pesquisas científicas. É constante e permanente a luta pela falta de verbas.”

LOC

O Brasil vivia os anos de ditadura militar e, apesar de, em 1973, o país ainda estar sob os efeitos do tal ‘milagre econômico’, parece que o dinheiro não chegava para a pesquisa.

SOB SOM TRILHA 3 segundos

LOC

Saindo da Bertha cientista e voltando à Bertha feminista, no áudio de 1971, ela conta como se deu a mobilização do início da década de 1930, pelo direito ao voto feminino.

SOB SOM BERTHA LUTZ

“(…) porque o movimento feminino foi um movimento feminino espontâneo, democrático e o apoio que teve no Parlamento foi dentro das molduras da Democracia, com senadores e

deputados e governadores a favor, e outros contra, e um debate feito em todas as normas de um país civilizado, com regime Liberal.”

LOC

Ouvindo Bertha falar de um debate feito dentro das normas de um país civilizado bate até uma saudade. Mas vamos continuar no passado. 1930 foi um ano turbulento. Nas eleições de março, Júlio Prestes venceu Getúlio Vargas, numa disputa que começou tensa já na escolha dos candidatos e permaneceu tensa após o resultado das eleições, com as denúncias de fraude nas urnas. Aproveitando a insatisfação de parte da sociedade com o estado oligárquico e de jovens oficiais do Exército com os rumos do país, Vargas deu início, em 3 outubro de 1930, a um movimento armado que tinha como objetivo tirar do poder o presidente Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes. Vargas tem sucesso e, exatamente um mês depois, toma posse provisoriamente no cargo de presidente da República.

SOB SOM TERESA CRISTINA

Quando entra Vargas, elas: e agora? Eles não sabiam quem eram aquelas pessoas. Elas não sabiam quem havia chegado ao poder. E demoraram alguns meses para se situar na cena política, com quem que eu devo falar? Como é que eu devo me manifestar? Isso vai ser por volta de julho e agosto de 31, mais ou menos isso, quando elas vão ser recebidas por Vargas. O Vargas, ele alcança o poder, mas ele precisa ampliar sua base de sustentação. E aí a ideia, e pessoalmente ele não era contrário ao voto feminino. Ele não tinha uma objeção ideológica, moral, qualquer coisa. Era um homem pragmático. Ah é, esse grupo aqui tá alienado do direito de voto, se eu restaurar, ainda no governo provisório, né 31, se eu restaurar o sistema eleitoral, o sistema representativo, não faz mal, não fará mal se as mulheres letradas vierem a votar.

LOC

Com Vargas estabelecido no poder, as mulheres voltaram a se articular.

SOB SOM BERTHA

“Em 1931, os membros da Diretoria da Federação, alguns deles inteiramente contrários ao governo revolucionário, como eu e Maria Sabina de Albuquerque, outros secreta ou abertamente simpatizantes do governo provisório, insistiram em que se fizesse um movimento, um novo congresso feminino, para ver o que se poderia obter a favor da mulher no governo revolucionário.”

LOC

Bertha não queria aproximação com o governo de Vargas, mas acabou sendo voto vencido dentro da Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Em 1931, o grupo estava às voltas com a realização do II Congresso Internacional Feminista, que acabou acontecendo entre os dias 19 e 30 de junho daquele ano.

SOB SOM BERTHA

“Aconselhadas pela diretoria e pelos membros mais amigos da revolução, solicitamos ao governo provisório que nomeasse uma delegada do Brasil junto ao Congresso Feminino que deveria se realizar. O senhor Getúlio Vargas aceitou a sugestão e nomeou a escritora Dona Maria Eugênia Celso, que era a nossa primeira vice-presidente, que era uma feminista consagrada e não era uma criatura da revolução. Pelo contrário, a família sempre foi monarquista até o fim.”

LOC

Ao final do Congresso, chegou-se a algumas conclusões, entre elas...

SOB SOM BERTHA LUTZ

“(...) a conclusão mais importante a que se chegou é que se desejava que o voto feminino, que o voto político, os direitos eleitorais concretos fossem estendidos à mulher em todo o país, em todo território nacional. O Senhor Vargas dissera à Senhora Maria Eugênia Celso que, terminado o congresso, me mandasse as resoluções, que ele apoiaria aquelas que lhe merecessem. Terminado o congresso, solicitou-se a senhora Maria Eugênia Celso, que fez um relatório e solicitou que recebesse uma comissão, que apresentasse a conclusão principal, a aspiração a direitos políticos plenos para a mulher brasileira, em todo o país. O senhor Vargas respondeu de um modo bastante inédito e mandando uma lista das senhoras que teria prazer em receber.”

LOC

Confiando nas memórias de Bertha, Vargas recebeu três senhoras no Palácio do Catete. Entre elas, a própria cientista.

SOB SOM BERTHA

“Eu não queria ir, mas fui obrigada a comparecer, não obstante a minha relutância. A minha maior relutância não era encontrar o senhor Getúlio Vargas, mas sim o Senhor Osvaldo Aranha,

cujo comportamento para com os políticos depostos e cujas atitudes e simpatia e de colaboração em um dado momento com o senhor Luiz Carlos Prestes, tinham me deixado muito má impressão quanto às suas convicções, a sua sinceridade das suas convicções. Comparecemos à audiência que foi ainda no velho Palácio do Catete.

Apresentamos a sugestão de que desejavamos o voto para mulher brasileira com toda plenitude e em todo o país. E o Senhor Getúlio Vargas prometeu dar o voto e mais tarde cumpriu a promessa.”

LOC

Mas não foi tão fácil e nem tão rápido. Antes de avançarmos no assunto, vamos ouvir Bertha relatando como começou a se “acertar” com Getúlio Vargas.

SOB SOM BERTHA

“Naquela ocasião, a senhora Maria Eugênia Celso lhe disse com muita gentileza: “estamos à disposição de vossa excelência para servir com toda a satisfação. Não é, Bertha?” E eu respondi: sim, Maria Eugênia, em tudo que for de interesse do país. Parece que eu já adivinhava naquela ocasião que com o seu Getúlio Vargas era boa tática gaúcha de ser franca e dizer as coisas como são.”

LOC

Depois daquele encontro, Getúlio Vargas constituiu uma comissão de juristas para reformar o sistema eleitoral brasileiro.

SOB SOM BERTHA

“A comissão se reuniu e eles votaram aquela primeira ideia, como os homens sempre votam aquelas primeiras ideias, cheias de restrições, de dar o voto a determinadas categorias, isto é, viúvas com rendas próprias, professoras, mulheres solteiras que tivessem independência econômica etc. Evidentemente, não era o que nós queríamos, mormente considerando que nós já havíamos conseguido voto sem restrições em 10 estados do Brasil por interpretação da constituição que o governo provisório visava abolir.”

LOC

As mulheres, claro, não deixaram barato e aumentaram a pressão sobre o presidente. Até que a sorte ou o acaso resolve aparecer para dar uma forcinha. Pelo menos essa é a lembrança de Bertha Lutz.

SOB SOM BERTHA

“Aí houve um incidente bastante interessante. A doutora Carmem Portinho era prima do seu Gregório Porto, que era secretário do Senhor Getúlio Vargas. E este apresentou a sobrinha ao ditador em uma festa no centro gaúcho, dentro de um elevador. E ele disse a ela o que ele nos disse muitas vezes depois: “eu sou a favor da revolução, do movimento do voto feminino, porque as mulheres fizeram metade da revolução”. A isto a Doutora Carmem Portinho respondeu com muito espírito: “é por isso que vossa excelência só quer dar metade do voto?”. O senhor Getúlio Vargas disse “metade do voto, como?”. “Como que o voto está com restrições. Viúvas, mulheres de rendas próprias, professoras etc, mas não voto geral”. “E não é isso que as senhoras querem?” “Não, o que nós queremos é tudo ou nada. E realmente o que nós queremos é tudo. O voto para todas as mulheres do Brasil”. “Está muito bem, eu concordo”. Foram estas as palavras do Senhor Getúlio Vargas e a comissão foi instruída por ele nesse sentido e que o voto devia ser em igualdade de condições para homens e mulheres em todo o território nacional.”

LOC

Em 24 de fevereiro de 1932 é publicado o decreto do novo Código Eleitoral. As mulheres, enfim, estavam livres para votar e serem votadas. Mais tarde, a Constituição de 1934 manteve o voto feminino. Não há um levantamento seguro de quantas mulheres votaram nas eleições de 1933 e de 1934. O voto, permitido, não era obrigatório para elas.

SOB SOM TRILHA

LOC

A conquista do voto feminino, assim como quase tudo em política, é disputada em sua autoria. Até a Igreja Católica reivindica participação nesse processo.

SOB SOM TERESA CRISTINA

Sabemos também, pela ótica dos líderes católicos, que eles também se aproximaram de Vargas e pediram o voto das mulheres, desde que o crédito da concessão parasse na mão deles. E eles

também vão escrever. Você vai lá na biblioteca da Câmara, tá o livro do Alceu Amoroso Lima, ele vai dizer que “fizemos uma embaixada, uma visita ao líder da Nação, e o voto feminino só foi conquistado porque os líderes católicos o solicitaram”. Aí Vargas deve ter pensado: tá bom, tem tanta gente querendo, porque não?

LOC

Em outras discussões, disputa-se até se o voto feminino foi conquistado ou concedido. Aqui, no Podcast Elas na História, preferimos olhar para os documentos históricos enxergando o evidente protagonismo feminino. Se foi concedido, foi porque houve pressão. Uma conquista, sem mais, nem menos.

NARRADOR

“Já ressoam os passos da primeira legião feminina reunida aqui. Após, virão outras e outras; a princípio, pequenas e lentas; a seguir, maiores, mais apressadas. A trilha se transformará em caminho, em estrada e, finalmente, será o campo de pouso, do qual as aspirações femininas largarão o voo possante tal qual as aves de aço que se arremessam de continente a continente através do espaço azul”

LOC

É com este trecho, do discurso de Bertha Lutz no Segundo Congresso Internacional Feminista, realizado no Rio de Janeiro, em junho de 1931, que terminamos este primeiro episódio do Elas na História. Bertha morreu no dia 16 de setembro de 1976, no Rio de Janeiro, aos 82 anos de idade.

SOB SOM TRILHA

LOC

Os jornais citados neste episódio estão disponíveis para consulta no Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, disponível em bndigital.bn.gov.br. O livro O Voto Feminino no Brasil, da professora Teresa Cristina, serviu de base para este episódio. A obra, editada pelas Edições Câmara, também está disponível na internet. O áudio de Bertha Lutz está sob guarda do Arquivo Nacional, no fundo da Federação Brasileira para o Progresso Feminino. A sonoplastia do Elas na História foi feita por José Maria Pardal. No próximo episódio desta série vamos falar do trabalho das deputadas federais na elaboração da Constituição de 1988. Até lá!

2. ROTEIRO ELAS NA HISTÓRIA - EP. 2 - AS CONSTITUINTES

ÁUDIO MOEMA SÃO THIAGO:

“A história da constituinte é muito bonita, porque eu acho que, sobretudo, nós tínhamos um Brasil diferente. (...) Foi uma conquista do povo brasileiro. As manifestações, a questão da anistia. (...) Havia um espírito de conciliação, de confraternização, de unidade, conciliação Nacional. Não existia esse clima de ódio.”

LOC

Primeiro de fevereiro de 1987. É instalada no Congresso Nacional, em Brasília, a Assembleia Nacional Constituinte. Pelos próximos 20 meses, o país mergulharia em discussões, propostas e negociações que culminariam, em 5 de outubro de 1988, na Promulgação da nova Constituição Federal. Considerado o documento mais importante de um país, é a Constituição que diz como se deve organizar o estado, quais as atribuições dos agentes públicos e os direitos e deveres de cada cidadão. Mas, aqui pra gente, mais importante que a Constituição é quem a escreveu. E entre essas pessoas está Moema São Thiago, a voz que abriu o episódio “As Constituintes”, do podcast “Elas na História”. Moema é formada em direito pela Universidade Federal do Ceará e mestre em Ciências Sociais, também pela UFC. Em 1969, teve de interromper os estudos na Universidade para se exilar no Chile. O currículo, que incluía atuação no movimento estudantil e na Ação Libertadora Nacional, liderada por Carlos Marighella, não dava muita opção para a jovem Moema com o endurecimento da ditadura militar. Na década de 1980, de volta ao Brasil, Moema concluiu a graduação e o mestrado, concorreu e perdeu a disputa para a prefeitura de Fortaleza. Até que, em 1986, Moema São Thiago passou no crivo popular. Ela foi uma das 26 constituintes eleitas naquele ano. Eu sou Luana Karen e vou contar um pouco dessa história para vocês.

SOB SOM VINHETA DE ABERTURA

LOC

Conversei com Moema São Thiago no dia 13 de junho de 2024. Depois de muitas idas e vindas, em combinações frustradas via Whatsapp, finalmente vejo Moema no Salão Negro do Congresso Nacional, durante o lançamento do perfil parlamentar do ex-deputado Mendes Thame, que também havia integrado a Constituinte. Era a segunda vez que via Moema pessoalmente. Vestindo uma espécie de kimono vermelho, com bordados coloridos; uma blusa

de mangas compridas verde escuro sobreposta por outra, de mangas curtas, verde claro, arrematado por uma saia marrom, que ia até os tornozelos, com botas de cano longo igualmente marrom.

SOB SOM TRILHA

LOC

Primeira mulher eleita deputada federal pelo Ceará. O feito de Moema São Thiago, realizado em 1986, teve uma dupla importância. Ela estava entre as 26 mulheres eleitas para escrever a próxima Constituição do Brasil. O trabalho contou efetivamente com a participação de 25 mulheres, já que a deputada Bete Mendes, que também era atriz, pediu licença do cargo para assumir a secretaria de cultura de São Paulo. A Constituinte marcava o fim de 21 anos de ditadura militar e o documento promulgado em 1988 ficou conhecido como Constituição Cidadã, por, entre outras qualidades, resgatar a democracia do país. Foi essa Constituição que colocou a educação como dever do Estado; a defesa do consumidor ganhou status de direito fundamental; reconheceu a importância da biodiversidade, ao incluir um capítulo sobre meio-ambiente; e criou o Sistema Único de Saúde, o SUS, que garante no postinho da esquina vacinas gratuitas para toda a população. Mas se tem algo que a Constituição foi inovadora foi no tratamento dado à mulher. E é nesse ponto que vamos nos aprofundar a partir de agora.

SOB SOM TRILHA

LOC

Na década de 1980, a imprensa trabalhava a todo vapor. E um acontecimento como a Assembleia Nacional Constituinte não passaria despercebido. No Correio Braziliense do dia da instalação da Constituinte, primeiro de fevereiro de 1987, noticia-se que um encontro realizado pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher, para reunir as 26 mulheres eleitas para a Constituinte, contou com a presença de apenas 11 delas. O repórter destaca a disputa para a presidência da Constituinte. O sonoplasta José Maria Pardal vai narrar esse e outros trechos neste episódio. E assim segue o texto:

NARRADOR

“A deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF) disse ainda estar pensando sobre o seu voto para a presidência da Câmara, acrescentando que no momento tem sido mais importante ver

como será a atuação das mulheres na Constituinte. Segundo Bete Mendes, elas já são um bloco, mas para Maria de Lourdes é necessário ver que, embora a luta pelos direitos e liberdade da mulher seja uma coisa implícita na plataforma política de cada uma, “é preciso ter cuidado com a forma de atuação para que as 26 eleitas não formem o clube da Luluzinha ou o jarro de flor da Constituinte”. Essa atuação, disse, “nós queremos que seja desenvolvida sem privilégios ou discriminação”.

LOC

A preocupação da então deputada Maria de Lourdes Abadia era compartilhada por outras mulheres da bancada feminina na Constituinte. Mas antes de falarmos disso, vamos contar como o movimento feminino “chegou chegando” à discussão. E tudo começou bem antes de 1987.

ÁUDIO JACQUELINE PITANGUY

Nós organizamos em 75 um evento memorável, que é considerado como o início do feminismo como movimento organizado no Brasil, foi uma semana de debate na ABI, Academia Brasileira de Imprensa, sobre, justamente, a mulher, a posição da mulher na sociedade, com uma fluência enorme, um público enorme... Porque eu acho que, na realidade, tudo isso já estava presente nas pessoas, nas inquietações etc e tal, e a gente tem então essa oportunidade de organizar. E surge aí o Centro da Mulher Brasileira, porque é o primeiro, primeiro, digamos, organismo, a primeira organização mais institucional, né, de direitos das mulheres.

LOC

Essa é a socióloga e cientista política Jacqueline Pitanguy, coordenadora da Organização Não-Governamental CEPIA, que significa Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. Mas Jacqueline está nesse podcast por um motivo ainda mais importante. Jacqueline foi a segunda presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que agora vamos chamar apenas de CNDM. E Jacqueline foi presidente do CNDM justamente durante as discussões da Constituinte. O órgão foi criado em agosto de 1985 a partir da convicção de feministas como Jacqueline de que era necessário ter no país uma instância nacional que agrupasse e atendesse as demandas das mulheres. Por seis meses, o Conselho foi presidido pela atriz e produtora cultural Ruth Escobar, que renunciou ao posto para voltar ao cargo de deputada estadual. Daí, Jacqueline Pitanguy é indicada e assume a função até 1989.

ÁUDIO JACQUELINE PITANGUY

E, depois, quando a gente chega na década de 80, com a redemocratização, há um grande movimento Nacional, né? Para, que se questionava se naquele estado que se democratizava, né, um estado que durante 21 anos tinha sido separado da sociedade civil, um estado que tinha sido ocupado, né, se não caberia também que no processo de democratização nós ocupássemos também um espaço, porque, afinal de contas, aquele estado também era nosso, né? (...) E, então, o movimento considera que é fundamental ter um órgão a nível Federal, com autonomia administrativa, autonomia financeira, enfim, um ministério, um órgão de primeiro escalão, que pudesse então desenvolver políticas públicas e atuar também a nível de presidência da República, orientação, e também a nível do legislativo. E surge então a proposta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que não era um conselho, na realidade era um ministério, e nós temos aí a participação de mulheres, como eu digo, na sua diversidade, de todo o país.

LOC

Ainda em novembro de 1985, o CNDM lança a campanha Mulher e Constituinte, com o mote “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”, e passa a pedir às mulheres de todo o Brasil que enviem sugestões por carta, telegrama e fax.

ÁUDIO JACQUELINE PITANGUY

Nós lançamos, como eu digo, essa campanha em todos os estados, pedindo às mulheres que enviassem o Conselho Nacional, imagina numa época sem internet, né? Telefones ruins, mas com cartas, eram muitas cartas, né? Telegramas, que enviassem o que que elas consideravam que era fundamental que fosse incorporado à nova constituição, né? E nós então no conselho criamos uma comissão que separava, digamos, o joio no trigo. O que que não tinha nada a ver com constituição, o que que tinha a ver... E esse foi o material com o qual nós elaboramos depois, numa reunião, que eu diria, mais do que reunião, um congresso, né? Porque reuniu milhares de mulheres em Brasília, em agosto de 1986, em que se aprovou a carta das mulheres brasileiras aos constituintes de 87.

LOC

No livro “Feminismos no Brasil, memória de quem fez acontecer”, da editora Bazar do Tempo, Jacqueline Pitanguy e Branca Moreira Alves contam que mais de 1500 mulheres, dos quatro cantos do Brasil, contribuíram com reivindicações. A Carta das Mulheres foi firmada em 26 de agosto de 1986, com quatro princípios gerais, entre eles, que a próxima Constituição Federal

“revogue automaticamente todas as disposições legais que impliquem em classificações discriminatórias” e “determine que a afronta ao princípio da igualdade constituirá crime inafiançável”. Em seguida, o documento lista 66 reivindicações distribuídas em 6 temas. No eixo Família, a primeira demanda era “a plena igualdade entre os cônjuges no que diz respeito aos direitos e deveres quanto à direção da sociedade conjugal, à administração dos bens do casal, à responsabilidade em relação aos filhos, à fixação do domicílio da família, ao pátrio poder”. Pode soar estranho hoje em dia, mas antes da Constituição de 1988, no casamento, a mulher era legalmente subordinada ao marido. No eixo trabalho, a primeira demanda era “salário igual para trabalho igual”. Um desejo que, firmado na primeira conferência da Organização Internacional do Trabalho, em 1919, totalmente desrespeitado, ainda tem repercussão nos dias de hoje. Só lembrar que em 2023 foi preciso que o Congresso Nacional aprovasse a lei da igualdade salarial, na tentativa de dar mais força à letra da Consolidação das Leis do Trabalho e da própria Constituição Federal.

ÁUDIO JACQUELINE PITANGUY

Eu acho que o cerne da carta é a igualdade, né? O patamar de igualdade e, ao mesmo tempo, a afirmação de que o alcance desta igualdade requer algumas medidas específicas, né, com relação às mulheres. E, de igualdade, por exemplo, nós solicitamos a igualdade no casamento. Igualdade de direitos e responsabilidades no casamento. Porque o homem era até então o chefe da sociedade conjugal, com tudo que isso implicava né? Então, isso é uma grande vitória, né?

LOC

No eixo Saúde, a Carta pedia a criação de um Sistema Único de Saúde. O SUS que temos hoje e que não existia até outubro de 1988. Outro pedido era pela educação como direito de todos e dever do Estado, tal qual foi registrado na Constituição meses depois. A carta das mulheres ainda pedia a intervenção do Estado para conter a violência doméstica. Aquela ideia de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” precisava ser vencida. E foi, pelo menos na Constituição, onde ficou estabelecido que coibir a violência intrafamiliar era dever do Estado. Dispositivo que, em 2006, serviu de base para a criação da Lei Maria da Penha.

SOB SOM TRILHA

LOC

Em 26 de março de 1987, as mulheres do CNDM convidaram a sufragista Carmen Portinho, que tinha 83 anos à época, para entregar a Carta das Mulheres a Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Ao todo, 12 deputadas discursaram na sessão de entrega da Carta. A deputada Irma Passoni, do PT de São Paulo, foi a primeira.

SOB SOM ÁUDIO DA SESSÃO DE 26/03/1987

1:51 gostaria de registrar que as mulheres podem ter certeza que nós, as constituintes dessa casa, lutaremos, batalharemos, para introduzir os itens que a luta das mulheres fez chegar a essa casa, à constituição, nas várias comissões, nos vários itens. Saberemos honrar a luta de vocês.

LOC

A edição do Correio Braziliense do dia 27 de março de 1987 assim noticiava o evento.

NARRADOR

“Pela primeira vez na história republicana as mulheres foram maioria no Congresso. Ontem, numa tumultuada cerimônia planejada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 300 mulheres invadiram o Salão Verde do Congresso Nacional com o objetivo de entregar ao presidente da Constituinte, deputado Ulisses Guimarães, a Carta das Mulheres, que contém propostas que as “Anas, Marias e Raimundas” de todo o país querem ver discutidas na Constituinte e garantidas na Constituição.”

LOC

Mais adiante, no mesmo texto, o Correio Braziliense descreve a cena da entrega da Carta.

NARRADOR

“Por volta das 16h40, o deputado Ulisses Guimarães deixou seu gabinete e foi ao salão, onde recebeu a carta das mãos da engenheira Carmen Portinho e da presidente do CNDM, Jacqueline Pitanguy. Ulisses, visivelmente emocionado, declarou que a presença da mulher não constitui mais uma promessa, mas uma realidade na vida social, econômica e política brasileira. “Nada se pode fazer no Brasil hoje sem a presença da mulher”, disse.”

LOC

Sobre a participação de Carmen Portinho, o jornal se empenhou em mais linhas.

NARRADOR

“Carmen Portinho se diz feminista desde que nasceu, “e vou sê-lo até morrer”, afirmou. Ela não participou da elaboração da carta, mas concorda em gênero, número e grau com seu teor. Para dona Carmen, que é viva e ainda hoje trabalha como diretora da Escola Superior de Desenho Industrial, da UERJ, as mulheres já obtiveram muitas conquistas, mas ainda há um longo caminho a percorrer. “Houve mudanças de costumes, mas não de leis”, aponta. “A nossa sorte é que os homens brasileiros não conhecem as leis e nós conseguimos, por isso, suplantar muitas barreiras que nos eram - e ainda são - impostas.”

LOC

Carmen Portinho morreu em 25 de julho de 2001, no Rio de Janeiro, aos 98 anos de idade.

SOB SOM TRILHA

LOC

Jacqueline Pitanguy estava na sessão de entrega da Carta das Mulheres.

ÁUDIO JACQUELINE PITANGUY

“Isso foi no Congresso Nacional, em março, e, na mesma hora, em todas as capitais, nas assembleias locais, também foi entregue a carta, né? Aos presidentes das assembleias. Então, foi uma um momento muito bonito, né, muito Cívico e foi um momento também em que as constituintes, as mulheres, né? Estavam lá na entrega da carta, elas chegam ao congresso nacional, cada uma vindo de um lugar, de um estado, de uma história de vida, enfim, muito diferente, né, com ideologias diferentes e tudo isso. E, no entanto, elas vão constituir uma bancada, né? Que, na sua expressiva maioria, vai abraçar a carta das mulheres aos constituintes e passar até por cima de orientações partidárias para trabalhar realmente como uma bancada das mulheres, pelas mulheres, para as mulheres, em conjunto, em articulação, em consonância, em diálogo com Conselho Nacional dos direitos das mulheres permanente e com as mulheres, que nós acompanhávamos ao congresso nacional, empregados domésticos, trabalhadores rurais, sindicalistas, mulheres indígenas, mulheres negras, e era permanente a presença, era diária ali no Congresso Nacional e isso é que ficou conhecido como Lobby do batom.”

LOC

Lobby do Batom... Vamos falar sobre ele daqui a pouco. Passada a euforia da entrega da Carta, chegou o momento das articulações para que a nova Constituição do país realmente tivesse uma cara feminina. Moema São Thiago, a ex-deputada Constituinte, lembra que, entre as colegas, muitas tinham sido eleitas no esteio de arranjos familiares.

SOB SOM MOEMA SÃO THIAGO

O marido se elegeu senador e a mulher veio para a Câmara, o que que aconteceu? Era uns 12 casais. 12 casais 20, né, que eram chamados, 20 assim, estilo. Nessa fala com as deputadas, o que a gente vai descobrir? Dos 12 casais, todos se separaram. Porque o homem votava com o centrão, contra o Brasil. E as mulheres, por terem a vivência social, de primeira-dama, quando chegou a hora da votação da Constituição cidadã, elas não podiam ir contra o que elas tinham vivido, então elas começaram a votar contra os maridos.

LOC

A situação a que Moema São Thiago chama a atenção também é relatada pela socióloga Fanny Tabak, no livro “A mulher brasileira no Congresso Nacional”, publicado em 1989 pela Câmara dos Deputados. Segundo Tabak, “muitas vezes, as mulheres que foram eleitas pelos grandes partidos (PMDB, PFL), o foram graças ao prestígio político de outras pessoas (marido, pai ou parente próximo)”. Entre essas mulheres, estavam Rita Camata, cujo marido, Gérson Camata, era senador da Constituinte; Dirce Tutu Quadros, filha única do ex-presidente Jânio Quadros, com quem, aliás, tinha severas divergências ideológicas; Wilma Maia, que era mulher do ex-governador do Rio Grande do Norte, Lavoisier Maia; e Márcia Kubitschek, filha do ex-presidente Juscelino Kubitschek. E quando as constituintes começaram a agir de forma independente, tiveram problemas familiares.

ÁUDIO MOEMA SÃO THIAGO

Todos os partidos são machistas, todos. E uns podem até ter mais mulheres, outros podem ter menos, mas a postura dos líderes sempre é de podar o espaço da mulher. A mulher é o acessório, é o dispensável. E quando elas começaram a ter voz ativa, se expressarem, os casamentos viraram água. O único casamento que acabou e retornou foi o da deputada Rita Camata, que se separou e que, anos depois, voltou com o senador Gerson Camata, poucos anos antes dele ser assassinado, lá no Espírito Santo.

LOC

O caso de Dirce Tutu Quadros foi emblemático. As divergências políticas, mas também na vida pessoal, levaram Dirce a ser internada compulsoriamente em uma clínica psiquiátrica pelo pai, Jânio Quadros, durante a Constituinte. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, assim resume a história.

NARRADOR

“Nos primeiros meses de 1987, Tutu casou-se com Mário Antônio Mastrobuono, secretário de Planejamento do prefeito Jânio Quadros. Opondo-se ao casamento da filha, Jânio demitiu o genro. Os desentendimentos entre os dois agravaram-se em função das declarações de Tutu divulgadas pela imprensa em maio de 1987, acusando o pai de acobertar irregularidades. Dois dias após a entrevista, foi internada à força numa clínica de repouso — assinaram a autorização os pais e as três filhas do primeiro casamento — e ao obter alta, cinco dias depois, encaminhou pedido de licença de 30 dias ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para submeter-se a tratamento médico no exterior. Quando reassumiu sua cadeira, Tutu denunciou que estava sofrendo pressões de familiares e do diretor da clínica de repouso onde estivera internada, impetrando por isso um habeas-corpus preventivo.”

LOC

Ao defender um sistema de governo parlamentarista misto, com presidente da República e Congresso Nacional sendo eleitos pelo voto popular, no dia 4 de agosto de 1987, Dirce Tutu Quadros não parecia ser uma pessoa que precisasse de intervenção psiquiátrica.

SOB SOM ÁUDIO DIRCE TUTU QUADROS

“É com grande convicção que me dirijo a essa casa com firme propósito de defender o parlamentarismo misto como sistema de governo ideal, que concilia interesses populares com ideais e realidades físicas fundamentais. O presidencialismo, marca registrada de países subdesenvolvidos do terceiro mundo, é o grande acobertador da corrupção, não respondendo à atualidade democrática.”

LOC

Moema São Thiago também defendia o parlamentarismo e, segundo ela, por isso, rompeu com Leonel Brizola e deixou o PDT, partido a que era filiada, em plena Constituinte.

ÁUDIO MOEMA SÃO THIAGO

Então, no dia da votação do parlamentarismo, o Brizola escrevia no jornal do Brasil uma coluna. Ele escreveu, pagava, e eu escrevi um artigo: parlamentarismo é igual Participação Popular. Eu mostrando exatamente que a saída seria. Eu era vice-líder. Então, saiu de graça, Jornal do Brasil colocou, o Brasil inteiro viu. E eu não gostava muito de falar na constituinte. Normalmente, quando achava que era um assunto importante, eu ia para Tribuna. Um lado meio tímido que eu ainda tenho. Mas eu dava como lido. Mas nesse dia eu fui, quis falar e um deputado constituinte, hoje em dia jornalista, famoso, disse: Moema, não vai falar, seu artigo já saiu no Jornal do Brasil, Brizola não vai querer isso. Você já fez seu papel, já colocou sua posição. Eu digo, não, eu tenho que falar. É meu dever falar para os meus pares. Essa é uma questão fulcral para quem entende política, questão de ter o voto popular valorizado ou não. (...) Eu fiz. No dia seguinte, no dia seguinte, no mesmo dia. Eu era vice-líder. Eu fui demitida da vice-liderança, entende?

SOB SOM TRILHA

LOC

Uma das dúvidas, no início da Constituinte, era sobre se as mulheres iriam se unir, superando barreiras partidárias e ideológicas, para emplacar uma plataforma que verdadeiramente atendesse aos interesses e anseios da mulher brasileira. A dúvida se justificava. Nunca a bancada feminina no parlamento brasileiro havia sido tão grande. E o clima de rivalidade entre mulheres não era exatamente uma novidade em sociedades patriarcais, como resume Moema São Thiago...

ÁUDIO MOEMA SÃO THIAGO

Nós somos criadas para divisão. Nós disputamos, eu com você. Primeiro, pela chupeta, depois pela babá, depois pela boneca, depois pela bicicleta, depois pela Primeira Comunhão, depois pelo namorado, depois pelo marido, depois pela empregada doméstica... Nós somos criadas para lutarmos contra nós mesmos.

LOC

Mas, na Constituinte, foi diferente.

ÁUDIO MOEMA SÃO THIAGO

E aí eu digo que a grande vitória da constituinte, isso eu me orgulho, entende, foi nós termos tido a sabedoria, a paciência, entende, de discutirmos. Ninguém tava ali... Cada um respeitava a história. Se eu era pequena burguesa, se a outra era trabalhadora rural, se a outra era burguesa, se a outra era grande fazendeira. Não tinha uma mulher de um milhão de dólares. Você não tem uma mulher de milhão de dólares.

(...)

E, na constituinte, nós soubemos o quanto mulheres, que eu acho que isso é uma coisa muito interessante, nós todas entendemos, passamos quase seis, sete meses tomando chazinho, almoçando juntas, para que todas pudessem ter uma linha de atuação conjunta. O entendimento de que a luta da Mulher era uma luta suprapartidária.

LOC

No livro *Feminismos no Brasil*, Jacqueline Pitanguy e Branca Moreira Alves publicaram uma fala da deputada constituinte Anna Maria Rattes sobre a união suprapartidária das mulheres.

NARRADOR

“Cheguei em Brasília, eu era uma das 26 deputadas. A Beth Mendes depois saiu, foi ser secretária de cultura em São Paulo. Então ficamos 25 mulheres muito diferenciadas, com ideologias, partidos diferentes, vindas de todos os cantos do país, com educação e histórias de vida completamente diversas, que se estranharam um pouco. Não nos conhecíamos. Mas nos sentíamos um gueto diante dos 513 homens, e a reação deles para conosco foi o que nos fez buscar uma união, deixando de lado nossas divergências, e focar no que tínhamos em comum e que nos unia: o fato de sermos mulheres e estarmos ali representando as mulheres.” (p. 101)

LOC

A articulação das mulheres em torno de pautas comuns chamou atenção. E logo alguém rotulou o grupo: lobby do batom. Mais uma vez, Jacqueline Pitanguy.

ÁUDIO JACQUELINE PITANGUY

Eu me lembro do evento, mas nomes eu não me lembro. Eu me lembro que a gente ia para o congresso todos os dias. Estávamos lá um grupo, provavelmente muitas usando batom, eu usava também, ainda uso, não sei se você usa, e um deputado disse “Ah, lá vem as mulheres de batom. Olha aí, aquele mulherio de batom, alguma coisa assim jocosa, depreciativa, né? E a partir daí

então é que nós fizemos esse slogan, porque o batom tá na boca, a boca é a boca que fala, né? O nosso principal argumento vem da nossa voz, né? Então, nós transformamos isso no slogan com uma força muito grande.

LOC

As constituintes se apropriaram da tentativa de chacota e adotaram o nome Lobby do Batom, virando o jogo. E começaram as articulações...

ÁUDIO JACQUELINE PITANGUY

A gente propunha muitas emendas, né, e propunha as emendas e essas emendas iam para os gabinetes das deputadas, que, na maioria expressiva, acolhiam as emendas, apresentavam as emendas. Emendas constitutivas, substitutivas. E nós estávamos sempre presentes também fisicamente no Congresso Nacional acompanhando. Se tava se discutindo questões de benefícios sociais, nós estávamos lá com as empregadas domésticas, né? Nós estávamos lá com as mulheres rurais. E batíamos na porta dos gabinetes sim, né? Agora, sempre trabalhando com os instrumentos da política, né, da argumentação, nós levávamos argumentos, levávamos dados estatísticos, argumentação sólida. Negociação política implica também negociação, negociação, argumentação, acolher, né, controvérsias...

LOC

No livro *Mulheres Constituintes: atuação, legados e trajetórias*, lançado pela Câmara dos Deputados, Moema São Thiago conta que, ao todo, as 25 deputadas constituintes apresentaram 3.383 emendas ao texto constitucional, das quais 972 foram aprovadas e incluídas na Constituição de 1988. Mesmo número contabilizado no Portal Constituição Cidadã, da Câmara dos Deputados.

SOB SOM TRILHA

SOB SOM NAIR JANE

Meu nome é Nair Jane de Castro Lima. Sou maranhense, estou emprestada no Rio de Janeiro já quase 80 anos ou um pouquinho mais.

LOC

Essa é Dona Nair Jane, 92 anos. Eu conversei com ela por telefone, na manhã do dia 23 de julho de 2024. Dona Nair foi uma das líderes do movimento de Empregadas Domésticas que fez pressão durante a Constituinte para garantir direitos básicos, comuns a todos os trabalhadores. E ainda hoje ela está na luta....

SOB SOM NAIR JANE

Creche, nunca tem creche para os filhos das empregadas trabalharem tranquilos, nunca tem creche. Creche é comum por todo mundo, mas nunca tem uma creche, que diz ó, isso aqui dos seus filhos...

LOC

Uma luta que começou muito antes da Constituinte. Na edição do Jornal do Brasil, do dia 16 de junho de 1980, Dona Nair Jane já reclamava da falta de creche para que as empregadas domésticas pudessem deixar os filhos. Com o título “Mulheres fluminenses discutem aborto, carestia e igualdade”, o oitavo parágrafo da reportagem dizia:

NARRADOR

Já a representante da Associação Profissional dos Empregados Domésticos, Nair Jane, observou que para sua classe o problema mais grave é o da falta de creches onde deixar seus filhos, a preços baixos e com segurança, para poderem trabalhar.

LOC

A minha conversa com a Dona Nair e a reportagem do Jornal do Brasil estão separados por 44 anos. No meio, teve uma Constituição, teve lei, teve PEC, mas as domésticas continuam lutando pelo básico. Voltando à Constituinte... Dona Nair entrou nessa conversa a partir da leitura do livro *Gênero e Desigualdades*, escrito pela professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, Flávia Biroli. Na obra, Flávia afirma

NARRADOR

“Ainda que os obstáculos à participação política das mulheres sejam um problema em si, os efeitos dessa participação desigual não as atingem da mesma forma, podendo até preservar as posições vantajosas de algumas entre elas. Tomemos como exemplo a legislação relativa ao trabalho doméstico no Brasil, que só em 2015 equalizou os direitos das trabalhadoras

domésticas aos demais trabalhadores. A recusa dos legisladores, na maioria homens, a reconhecer esses direitos e regulamentá-los permitiu que fossem menores os percalços enfrentados por mulheres mais ricas para se profissionalizar e ingressar no mundo das carreiras, porque amparadas pelo trabalho mal remunerado e desempenhado em longas jornadas por mulheres pobres e negras.” 173

LOC

Quando entrevistei Jacqueline Pitanguy, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher de 1986 a 1989, perguntei se ela concordava que a Constituinte e, portanto, as mulheres que trabalharam formalmente no texto, havia falhado na hora de garantir direitos às domésticas.

SOB SOM JACQUELINE PITANGUY

Com relação às empregadas domésticas, nós trabalhamos muitíssimo na Constituição com as empregadas domésticas. Mas muito, muito, muito, muito, muito. E grandes lideranças das empregadas domésticas estiveram presentes na constituinte e nós avançamos muito. Porque a empregada doméstica até então não era, não poderia ser nem considerada força de trabalho, né? Então, há vários direitos que são sim adquiridos pelas trabalhadoras domésticas na constituinte. E é claro que depois, né, a PEC das domésticas... E trabalhamos muito com Bené. Bené ali, ao nosso lado, trabalhando, que ela era filha... Ela é filha de empregada doméstica. E com várias lideranças. Então, eu acho, por exemplo, o importante é ouvir as próprias lideranças.

LOC

E foi aí que a Jacqueline me passou o contato da Dona Nair Jane. E eu pude perguntar diretamente a ela qual avaliação fazia dos resultados da Constituição e, mais, da atuação das 25 deputadas constituintes. Dona Nair reconhece que houve avanços, mas diz que, das 25 mulheres, apenas umas seis estavam com as domésticas. Ela lembra das ex-deputadas Maria de Lourdes Abadia, Ana Maria Rattes, Benedita da Silva... As outras, ficavam olhando...

SOB SOM NAIR

Ficava olhando, ficava olhando. E tinha umas que dizia pra gente: besteira, vocês têm tudo na casa que vocês.... Vocês tem casa, comida. E a gente tem casa, comida? A gente não tem casa, comida. A gente tem um um quartinho separado, que não levo, que a comida é o que sobra da mesa...

LOC

Dona Nair sabia que não era da família e, certo dia, quando foi questionada pela patroa, respondeu.

SOB SOM NAIR JANE

E um dia, quando ela ficou muito zangada, porque ela disse que todo mundo dava entrevista, dizia que era da família e eu dava entrevista e dizia que não era da família. Aí eu falei para ela, opa, vamos tentar aqui um pouquinho e eu vou dizer para a senhora porque que eu não sou da sua família. Eu tenho um salário, eu tenho férias, eu preciso autorização para trazer aqui na sua casa qualquer pessoa que não faça parte da sua família. Como é que eu sou da família? Eu não sou. O seu filho, que eu eduquei, ajudei a educar, ele entra aqui com qualquer pessoa, qualquer hora da noite, ninguém pergunta. Eu tenho que olhar a adega todas as manhãs. Porque toda manhã eu acho uma caixa com whisky, vodka, vazio, quem foi que tomou? Não fomos nós, os empregados, não.

LOC

O fato é que a Constituinte garantiu aos trabalhadores domésticos o pagamento de salário mínimo; a irredutibilidade do salário, que significa basicamente que o patrão não podia diminuir o salário do empregado; 13º salário; repouso semanal remunerado; férias anuais remuneradas; licença à gestante; licença paternidade; aviso prévio; aposentadoria; e previdência social. Pode até parecer bastante coisa, mas, dos 34 incisos do artigo 7º da Constituição, que indicavam 34 direitos constitucionais previstos aos trabalhadores, apenas 9 se estendiam aos trabalhadores domésticos. Ficaram de fora, por exemplo, a regulamentação da jornada de trabalho e a indenização por demissão sem justa causa. Aliás, até hoje, 2024, os empregados domésticos não têm os mesmos direitos dos demais trabalhadores. Mesmo após a Proposta de Emenda à Constituição que ficou conhecida como PEC das Domésticas, de 2013.

ÁUDIO NAIR JANE

Aí diz que incorporou todos os direitos aos trabalhadores. Não incorporou, não incorporou. Nós, todo trabalhador trabalha um ano, dois, é despedido por justa causa, ele tem direito a cinco meses de seguro-desemprego. A doméstica pode trabalhar 40 anos, ela só tem direito a três. Então, não incorporou.

SOB SOM TRILHA

LOC

Assim como hoje, durante a Constituinte o tema aborto era polêmico. Àquela época, havia no Brasil um movimento para impedir o direito à interrupção da gravidez em qualquer circunstância. Esse grupo defendia a inclusão do “direito à vida desde a concepção” na nova Constituição, o que eliminaria a possibilidade de aborto no Brasil. Se o texto fosse aprovado, não seria possível interromper a gravidez nem em casos de estupro ou de risco de vida da gestante, situações que não eram criminalizados pelo Código Penal de 1940. O movimento, claro, tinha o apoio da Igreja Católica e dos evangélicos. Jacqueline Pitanguy e Branca Moreira Alves, no livro que já citamos aqui, *Feminismos no Brasil*, contam que havia no Congresso um grupo radicalmente contra o aborto, poucos defensores da descriminalização da prática e uma massa que se sentia incomodada com o debate e não se comprometia em assegurar o direito ao aborto. Tipo batata quente, sabe.

SOB SOM JACQUELINE PINTAGUY

Eu acho que não entrou na questão do abortamento com relação às mulheres, porque nós realmente verificamos que, diante da composição do congresso, que tinha um grupo menor de parlamentares realmente comprometidos em apoiar o direito ao abortamento e um grupo maior comprometido em impedir que isso fosse apoiado e, tendo em vista a indiferença da maioria dos congressistas, dos constituintes, que não queriam pegar isso porque era uma batata quente na mão deles, então, nós consideramos que o mais importante era que o abortamento não constasse, não fosse matéria constitucional, o que nós consideramos uma vitória, né?

LOC

E foi mesmo uma vitória. As mulheres abriram mão de tratar do direito ao aborto na Constituição e a expressão “direito à vida desde a concepção”, ficou apenas como “direito à vida”.

NARRADOR

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

SOB SOM MOEMA SÃO THIAGO

O que que eu vi do aborto no exterior?E quando vinham me cobrar a questão do aborto, eu disse, o aborto não é essa questão, não é questão. Eu não me sinto, por mais votos que eu tenha, quase 100 mil votos, eu não me sinto, e alguns disseram que eu passei até dos 100.000, eu não me sinto autorizada eu discutir isso, porque essa é uma discussão do povo brasileiro, das mulheres brasileiras, é a sociedade quem decide, entende? Não é o congresso que tem que decidir o aborto. Porque, o que que eu vivi? Eu vi a Itália, país conservador católico, a França, a Espanha e Portugal, quatro países durante anos, mas anos! 10, 15 anos. Manifestações pequenas, aumentando, média, grande. Até que chegou um momento que houve um plebiscito e esse plebiscito legalizou o aborto. Porque a sociedade portuguesa, católica, cristã, conservadora, entendeu que a luta das mulheres exigia a legalização do aborto. A mesma coisa na França, a mesma coisa em Portugal, a mesma coisa na Itália e da Espanha. Então, quando, toda vez que colocava essa questão, eu tirava. Disse, não, não é pauta para nós.

LOC

Se a não inclusão do aborto na Constituição foi considerada uma vitória, a exclusão de questões ligadas à orientação sexual foi considerada uma derrota.

SOB SOM JACQUELINE PITANGUY

28:50 Agora, onde eu acho que houve uma falha foi na questão LGBTQ, né? Mas que, realmente, a nossa Constituição não... Quando diz que todos, homens e mulheres são iguais perante a lei, sim. Eu não estou repetindo aqui *ipsis litteris*, né? Mas, sem discriminação com relação à religião, etc, etc, deveria ter entrado orientação sexual, né? Mas, naquela época, o movimento lgbtq era muito menos expressivo do que na década de 90 e sobretudo nos anos 2000, né?

LOC

Se as 25 constituintes foram rotuladas de lobby do batom, outros lobbys também estavam muito bem identificados. E alguns com muito mais poder.

SOB SOM JACQUELINE PITANGUY

Bom, econômicos, muito claramente, foi a pressão de federação de indústrias, desse tipo de órgãos de classe, contra a nossa proposta de estender a licença maternidade para 120 dias, né? Aí nós enfrentamos uma uma uma pressão muito forte, né? Mas passou. Também enfrentamos

uma pressão muito forte de setores diversos quando nós propusemos a licença paternidade. E aí foi não apenas por razões econômicas, mas por razões ideológicas, né? Porque propor, na década de 80, licença paternidade dizendo que filho não é só da mãe, que era o nosso lema, foi realmente uma quebra de padrões culturais muito fortes. Mas passou né? E nós também estendemos, por exemplo, para a mulher rural, o direito à propriedade da terra, que antes era só do homem, também passou, né? Nós mudamos... Quando a constituição, logo no na sua abertura, fala todos né? Era como dizia antes, são iguais. Nós dissemos não, não, todos não. Vamos colocar aqui homens e mulheres são iguais em direitos...

LOC

Votações encerradas. Documento pronto. 5 de outubro de 1988. Nasce a nova Constituição do Brasil. Ulysses Guimarães diz as palavras que ficaram marcadas na história.

SOB SOM ULYSSES GUIMARÃES

Falando com emoção aos meus companheiros, às autoridades, chefes de poder legislativo que aqui se encontram e falando ao Brasil declaro promulgada o documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social do brasil. Que Deus nos ajude. Que isto se cumpra.

LOC

A Constituição Federal de 1988 criou o Sistema Único de Saúde; garantiu a licença maternidade de 120 dias; a licença paternidade de 5 dias; equiparou homens e mulheres em direitos e obrigações; a inclusão de trabalhadores e trabalhadoras rurais na Previdência Social; deu às mulheres presidiárias o direito de manter seus filhos junto de si no período de amamentação; permitiu a titularidade de domínio e concessão de propriedade para mulheres e homens, independentemente do estado civil; a igualdade no casamento; e direito ao planejamento familiar como livre decisão do casal.

SOB SOM JACQUELINE PITANGUY

Então, nós conseguimos colocar na Constituição cerca de mais de 80% do que a gente pedia, mais de 80%. Nós conseguimos que o estado reconhecesse o seu dever de coibir a violência doméstica e isso é muito avançado para 88. Antecede, né, a conferência da ONU, de direitos humanos de Viena, onde isso vai ser afirmado num documento da ONU. Em 88, nós já tínhamos feito o dever de casa e colocado isso né? Nós colocamos também o direito à livre escolha pelo número de filhos, sem a coerção, mas com o apoio do estado no sentido de fornecer informação

e meios, né, para as escolhas. Então, isso também é colocar como uma questão constitucional o direito reprodutivo. Então, eu acho que para 1988 nós avançamos muito.

LOC

É com a avaliação de Jacqueline Pitanguy sobre as conquistas das mulheres na constituinte que terminamos este segundo episódio do Elas na História.

SOB SOM TRILHA

LOC

Os jornais citados neste episódio estão disponíveis para consulta no Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, disponível em bndigital.bn.gov.br. A sonorização do Elas na História é de José Maria Pardal. No próximo episódio desta série vamos falar sobre a atuação de mulheres deputadas federais na última década do século XX e início do século XXI. Até lá!

3. ROTEIRO ELAS NA HISTÓRIA - EP. 3 - AS DEPUTADAS

SOB SOM LAURA CARNEIRO

E amo o Parlamento, amo, amo, amo, amo. Amo em função de eu ser... Entender o que é democracia, a importância dela, o que as pessoas sofreram para que a gente vivesse hoje, pudesse se reunir, pudesse conversar, pudesse falar, né.

LOC

Essa é a deputada federal Laura Carneiro, do Rio de Janeiro. Em primeiro de fevereiro de 1995, Laura tomou posse pela primeira vez como deputada federal. Situação que se repetiria em mais cinco mandatos, seja como titular ou suplente. Ela iniciou a carreira política no fim dos anos 1980 como vereadora pela cidade do Rio de Janeiro. De lá pra cá, passou por 5 partidos políticos: PSDB, onde começou a carreira, PFL, que depois se transformou em DEM, PTB, MDB e PSD, onde está atualmente. Com quase 30 anos de experiência na Câmara dos Deputados, a advogada vai nos ajudar a entender como funcionam as relações de poder na chamada “casa do povo”. Quem também vai nos guiar nessa empreitada é a ex-senadora Vanessa Grazziotin, que está há quase quarenta anos no mesmo partido, o PC do B. Vanessa começou a carreira política como vereadora por Manaus. Em fevereiro de 1999, assumiu o posto de deputada federal, cargo

que ocupou por três mandatos consecutivos. Entre 2011 e 2019, foi senadora pelo Amazonas. Hoje, Vanessa é diretora executiva da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

SOB SOM VANESSA GRAZZIOTIN

(...) OTCA, ela é uma organização internacional, a única que tem sede no Brasil. Ela nasceu a partir de um tratado assinado em 1978 com os oito países Amazônicos. Num período em que o mundo acordava para as questões ambientais, começou a perceber os impactos que a nova forma de industrialização, de desenvolvimento, vinha impactando o meio ambiente. E aí nasceram as organizações ambientais, ligadas principalmente às Nações Unidas, e no momento em que os países precisavam reafirmar muito a soberania sobre a Amazônia, né? Então nasceu a OTCA e, 20 anos depois, foi criada a organização, a secretaria permanente, né?

LOC

Está começando o terceiro episódio do Podcast Elas na História. Eu sou Luana Karen e nós vamos falar sobre o trabalho de deputadas federais na última década do século XX e início do século XXI.

SOB SOM VINHETA DE ABERTURA

LOC

Eu conversei com a deputada Laura Carneiro em duas oportunidades. Na primeira, no dia 31 de maio de 2024, nossa conversa durou apenas 7 minutinhos. Eu estava em Porto Alegre, cobrindo a tragédia provocada pelas enchentes do final de abril de 2024, e a deputada estava em Brasília. A conversa teve de ser abortada porque a deputada ia entrar em uma reunião. Nesse pequeno período, ela falou sobre como começou a carreira política. Laura é filha do ex-senador Nelson Carneiro. E eu poderia jurar que ela entrou na política por influência do pai. Mas não foi bem assim...

SOB SOM LAURA CARNEIRO

Você acompanha o pai e admira, óbvio, né? Mas, na verdade, quem me convidou para ir para a política não foi nenhum deles, não foi papai, foi o Covas. Lembra quando teve aquela divisão entre o MDB e o PSDB? A fundação do PSDB se deu por conta daquela história de 5-4 anos.

LOC

A história a que a deputada se refere é a defesa de um grupo mais progressista dentro do PMDB do mandato de 4 anos para presidente da República e de uma democracia com regime parlamentarista. Da insatisfação dessa ala, no final dos anos 1980, nasceu o PSDB.

SOB SOM LAURA CARNEIRO

E aí, bom, claro, eu tava lá, sempre que fui engajada, né? Abusada também. E aí o Covas me convidou. Bom, aí isso fundou o PSDB. Eu saí do PMDB e fui para o PSDB. Na fundação, a gente era a favor dos quatro anos e quem ficou no PMDB era a favor de cinco anos, sem reeleição. E aí a gente fundou o PSDB. E aí o Covas me convidou para ser candidata pelo PSDB. Eu nunca nem tinha pensado nisso na minha vida. Aí o Covas falou que não, que tinha que ser e tal. Eu conversei com o papai, ele achou boa ideia, só disse que ia... Para ele era complicado, tanto que ele acabou, na campanha, ele pediu licença, ele era presidente do PMDB do Rio, pediu licença porque eu era candidata pelo PSDB.

LOC

Atendendo ao convite de Mário Covas e com as bênçãos do pai, Laura, que já tinha sido secretária do ex-deputado Ulysses Guimarães durante a Constituinte, se lançou para a primeira disputa eleitoral.

SOB SOM LAURA CARNEIRO

Cara, eu nunca tinha feito campanha na vida, assim, campanha só majoritária, que é completamente diferente. E aí a gente, naquela época ainda tinha camiseta. Eram umas 10 pessoas ao todo, entre eu e todo mundo da campanha. A gente fazia as camisetas, a gente fazia tudo, tudo, tudo, tudo. Aí um deputado federal, que já faleceu até, me deu um material de campanha. A gente fez um outdoor. Nesse outdoor, era o Nelson e eu. E aí foi pra campanha e a eleição. Assim, nem sei como... E acabei sendo a única deputada, a única vereadora eleita pelo PSDB. Primeira e única. Então, a primeira representação do PSDB na Cidade do Rio fui eu.

LOC

Assim, meio sem querer, Laura foi eleita na primeira disputa que enfrentou.

SOB SOM TRILHA

LOC

No dia 21 de agosto, conversei com a ex-senadora Vanessa Grazziotin durante 28 minutos, numa ligação por telefone. A trajetória dela é um pouco diferente.

SOB SOM VANESSA GRAZZIOTIN

Porque eu comecei a militância política logo no momento de resistência à ditadura militar. Ou seja, no final dos anos 70, 1979 especificamente. E o momento muito rico de mobilização popular, da Juventude, principalmente. E o meu caso, assim, eu considero muito especial porque eu fui uma jovem adolescente criada durante a ditadura e sem saber exatamente o que é que estava acontecendo politicamente no país, porque eu não venho de uma família de políticos, né? Não tenho... Meus pais nunca tiveram política e a conversa em casa era muito, era muito pouco os diálogos que a gente tinha sobre política ou quase nada, né?

LOC

Vanessa começou a se situar no ambiente político quando já estava na universidade. Ela nasceu em Santa Catarina, mas, na juventude, saiu do Sul rumo a Manaus.

SOB SOM VANESSA GRAZZIOTIN

E foi um impacto muito grande, o impacto de todos os aspectos. Porque eu vi um Brasil diferente, eu vi cidades diferentes, eu vi culturas diferentes, não é? E então isso tudo contribuiu para a minha formação. E, logo em seguida, alguns anos depois, já em Manaus, quando eu ingressei na universidade, eu me deparei com um forte movimento a favor da anistia, a favor da anistia, a favor da democracia e aquilo, assim, chamou muita atenção. Me tocou, não só me chamou atenção, como me tocou profundamente, e aí eu comecei a me interessar. Eu comecei a participar das coisas e comecei pedindo indicações. Comecei a estudar livros de tudo que você possa imaginar e percebi, assim, que eu, por exemplo, tava tendo a oportunidade de estudar numa universidade federal, coisa que mais de 99% dos jovens naquela época não tinha. Porque eles não tinham oportunidade. E eu me sentia assim, me sentia assim muito tocada para entrar no movimento e ser algo que fosse além de uma boa profissional. Aí nisso eu comecei a minha militância.

LOC

Em 1978, Vanessa se filiou ao PC do B. E esse foi o primeiro assunto da nossa conversa porque, vamos combinar, não é muito comum no Brasil tantos anos de fidelidade partidária.

SOB SOM VANESSA GRAZZIOTIN

Sim, é engraçado que sempre que eu dou entrevista, todo mundo entra exatamente nessa questão, porque, pela singularidade, né? E pela raridade de você ter alguém que ingressou na política num partido e continua até os tempos atuais, tendo passado 40 anos, como é meu caso, né? Somente de Parlamento foram 30 anos, 12 na Câmara de Vereadores, 10 na Câmara de Vereadores, 12 na Câmara Federal e oito no Senado, o que dá 30 anos. (...) Então, eu comecei a minha militância com o objetivo, eu posso me dizer, ideológico, né? Não é uma coisa simples, porque eu defendo uma sociedade socialista, eu defendo uma sociedade onde as pessoas têm o direito ao trabalho, à vida digna e isso foi o que me moveu a vida inteira, onde quer que eu estivesse.

LOC

Na construção dessa identidade política, Vanessa conta que precisou navegar entre interesses e oportunidades de ocasião.

SOB SOM VANESSA GRAZZIOTIN

Tem que ter muita firmeza de formação, muita. Porque todo o tempo você é levado, puxado para o outro lado. Segundo, tem que ter muita firmeza de formação ética também, não só de formação política, não. É de formação ética, porque, à sua frente, aparecem o que eles chamam de oportunidades, muito, muitas né? Tanto que se você for olhar a trajetória dos políticos, você vai ver que, desde os vereadores até os que ocupam cargos mais elevados, eles em geral começam de uma forma e logo em seguida viram empresários e pessoas que têm patrimônios, ficam muito bem de vida, né? Então, eu diria que é muito desafiador. Você tem que ter muita convicção e dos mais diferentes aspectos. Seja na sua formação política ou na sua formação ética, entendeu? Para você se manter naquela linha. E não é fácil porque tudo, tudo, as correntes, né? Lhe puxam para o outro lado.

SOB SOM TRILHA

LOC

Os caminhos trilhados por Laura e por Vanessa foram diferentes. Uma, tinha a política presente no café da manhã, desde criança. A outra, conheceu a política na juventude, quando entrou na universidade. Uma, trilhou caminhos à direita e ao centro do espectro político. A outra, é uma socialista convicta. Mas as duas têm uma particularidade em comum. Elas são feministas. O que a professora doutora Lúcia Avelar, autora do livro *Mulheres na Elite Política*, publicado pela Editora da Unesp em 2001, considera fundamental. Eu também conversei com Lúcia. Foi um papo de mais de uma hora, quando este projeto já estava praticamente pronto. Ao longo deste episódio, ela vai nos ajudar a entender a política brasileira e a importância de não somente elegermos mais mulheres, mas elegermos mais mulheres feministas. E se tem uma coisa que impressiona Lúcia Avelar é a aversão que um grupo de parlamentares mulheres têm em relação ao feminismo.

SOB SOM LÚCIA AVELAR

É isso que nos impressiona muito, porque nós estamos acompanhando essas mulheres recém chegadas na política e estamos acompanhando as declarações que elas fazem. Nós pesquisamos todo esse discurso e, a cada momento, o que é que a gente ouve repetidamente é que elas são anti feministas, porque o anti feminismo é um atraso, elas não sabem, elas não conhecem nem a história do feminismo, nem as raízes filosóficas, antropológicas, históricas, sociológicas do feminismo, e a própria luta pelos direitos, que atravessou séculos, né? É uma coisa assim de chorar.

SOB SOM TRILHA

LOC

Na segunda vez que conversei com a deputada Laura Carneiro, tivemos mais tempo. Foi uma ligação de vídeo via Whatsapp, no dia 9 de junho de 2024. A deputada estava a caminho do aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. A conversa durou 39 minutos. Entre uma tragada e outra no cigarro, Laura me explicava como fez para construir uma identidade política própria.

SOB SOM LAURA CARNEIRO

Na verdade, não é fácil. Até hoje, eu sou filha do Nelson Carneiro. Por um lado, é um orgulho imenso. Por outro, é muito difícil mesmo, porque as pessoas esperam que você seja o que ele foi, num momento diferente, né? (...) Mas eu muito cedo fui para a área de assistência, que não

era uma temática dele, né, dele era direito de família, muito mais forte. E aí eu fui ser secretária de assistência bem jovenzinha, em 93, e acabou que a minha intenção ficou muito marcada nessa área de assistência, tanto que eu voltei a ser secretária no ano passado. Ano passado não, 2001. Se você olhar nos meus projetos de lei, normalmente são voltados para mulher, para criança, idoso, que, óbvio, você trabalha na área de assistência e você acaba lidando com essas com essa população mais vulnerável.

LOC

A marca impressa por Laura Carneiro na política é a mesma de muitas outras mulheres que enveredam por esse caminho: a assistência social. Marca que não deixa de ter um pé no “machismo estrutural”, que entrega à mulher a função do cuidado, como algo natural, liberando o homem dessa atividade. Se em casa é a mulher quem cuida dos vulneráveis, na política, não deve ser diferente. E não que essa missão do cuidado seja negativa. Só não deve ser encarada como naturalmente feminina. No livro “A Dominação Masculina: a condição feminina e a violência simbólica”, publicado pela editora Bertrand Brasil, em 2019, o filósofo e sociólogo francês Pierre Bourdieu diz que a diferença biológica entre os sexos, diferença anatômica mesmo, pode ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros, principalmente em relação à divisão social do trabalho. Bourdieu vai além e diz que mesmo quando as liberdades formais são adquiridas, como direito de voto, à educação, acesso a todas as profissões, inclusive a política, a “autoexclusão e a vocação” acabam por substituir a exclusão expressa que existia antes. Para entender melhor, quando vem a liberdade, as próprias mulheres acabam se excluindo de ambientes considerados como espaço masculino. Quando não é assim, a autoexclusão vem com o conceito de vocação, como quando se afirma que mulheres têm vocação para o cuidado. Mas, se há uma divisão de papéis, e à mulher é entregue a missão do cuidado, é também por conta de uma estrutura que se auto-alimenta. A cientista política Lúcia Avelar, que já foi professora da Universidade de Brasília e hoje atua na Unicamp, em Campinas, São Paulo, diz no livro “Mulheres na elite política”, que...

NARRADOR

As mulheres ‘fazem diferença’ na política ao trazer para a vida pública experiências distintas e uma outra perspectiva, as quais, somadas às dos homens, ampliam o campo das temáticas tratadas na política, pelo simples fato de que homens e mulheres diferem em suas prioridades. Seja qual for o seu partido, as mulheres tendem a dar mais atenção e prioridade às políticas dos

direitos da mulher e às políticas públicas relacionadas com questões familiares, tais como condição de vida para as crianças, saúde, reprodução.

LOC

A narração acima foi feita pelo sonoplasta José Maria Pardal, que irá narrar outros trechos neste episódio. Quando entrevistei Lúcia Avelar, ela reforçou que a agenda do cuidado é relevante e impacta toda a sociedade. Não pode ser vista com preconceito.

SOB SOM LÚCIA AVELAR

Por exemplo, coisas que eram boas, que elas, as mulheres reivindicavam, e que todos, homens e mulheres, indistintamente também usufruíram, por exemplo, políticas de transporte, habitação, mas, sobretudo, políticas de saúde, de educação, com idosos e com pré-escola. São políticas de cuidado, mas são políticas públicas e sociais que são boas para todo mundo.

LOC

Assim como Lúcia, Laura não vê a agenda do cuidado como um assunto menor. Mas enxerga barreiras que dificultam a atuação da mulher no parlamento em temas, digamos, mais áridos.

SOB SOM LAURA CARNEIRO

Quando é que você teve uma presidente da Câmara mulher? Nunca. Quem decide quem relata? A presidência. Homem. Um homem. Um homem vai escolher o colega de chopp, de vida, de história, de quizumba, ou vai escolher a mulher? Um grande relatório, vamos lá, reforma tributária. Será que não tem nenhuma mulher naquela casa?

LOC

Para Laura, não é que a atuação de mulheres na Câmara dos Deputados tenha importância reduzida. É que setores da sociedade não são capazes de detectar a importância de matérias como a Lei Maria da Penha, a Lei Orgânica de Assistência Social e tantas outras voltadas para o cuidado e a proteção social.

SOB SOM LAURA CARNEIRO

Vamos lá, Maria da Penha. Jandira foi relatora. Aquela deputada Iara foi autora. Não são relevantes? Todas essas matérias são relevantes. Que mudaram a vida da população, mas as pessoas não detectam como, primeiro, sendo de autoria feminina, mas não detectam a

importância dessas matérias. Agora se você falar na reforma tributária, todo mundo quer saber, na reforma da Previdência, todo mundo quer saber. Aí você não vê nenhuma mulher.

LOC

É como se uma entidade desconhecida traçasse uma linha imaginária e insistisse que, daquele ponto, elas não passam. Na avaliação de Vanessa Grazziotin, a atribuição de nichos para o trabalho político da mulher está relacionada a estereótipos.

SOB SOM VANESSA GRAZZIOTIN

A imagem da mulher, ela tá ligada a alguns protótipos, né, alguns mitos, né? Tá ligada à fragilidade, tanto que no dia da mulher é uma rosa. A mulher é a rainha do lar. Hoje, a gente ouve bem menos, né? Bem menos, a gente ouve, mas a mulher é a rainha do lar. A mulher ganha rosa no dia da mulher, a mulher é o ser frágil, a mulher é a responsável pelos cuidados, a gente nasceu para cuidar. Cuidar de filho, cuidar de marido, cuidar de casa, cuidar de doente, cuidar de aluno, cuidar de tudo.

LOC

E Vanessa vai além...

SOB SOM VANESSA GRAZZIOTIN

Isso é uma coisa ligada diretamente à economia, ao modelo, ao sistema político-econômico, entendeu? Dos países. É ligado a isso. Então, manter a mulher nessa posição é necessário, inclusive, para o próprio sistema capitalista. Então, a gente tem que mostrar, claro, é nosso dever também, como é dever do homem cuidar dessas questões da política dos cuidados, da saúde, da educação, é tudo. Mas também nós temos que estar na frente de decisão que trabalho, com economia, com decisões políticas, em todos os outros aspectos, de segurança, tudo, tudo absolutamente tudo.

LOC

Esse ‘absolutamente tudo’, para a ex-senadora, deve incluir também a defesa da pátria.

SOB SOM VANESSA GRAZZIOTIN

Você sabe que um dos projetos que eu tinha o maior apreço por ele era o projeto que permitia o serviço militar, como que chama, não obrigatório, opcional para as mulheres, né? E uma das

minhas frustrações é não ter conseguido aprovar esse projeto. Porque a tarefa de defesa da Pátria não é tarefa de homem, quem disse? Vários países do mundo já avançaram e mulheres já fazem parte das Forças Armadas em muitos países, né? E aqui no Brasil não, é aquela coisa de homem. Que coisa de homem coisa nenhuma.

LOC

Vanessa traz ao debate a interferência do capitalismo na maneira como as relações políticas são estabelecidas. Para Lúcia Avelar, o modelo econômico capitalista molda as relações de trabalho de forma a promover uma divisão sexual de tarefas.

SOB SOM LÚCIA AVELAR

Agora, você tem uma ordem internacional multipolar. Então, o capitalismo tá querendo falar mais alto, o capitalismo de mercado quer falar mais alto, o capitalismo de mercado ele, sim, quer que se produza mais riqueza, mas é muito mais fácil uma manipulação quando você tem uma divisão de trabalho sexual, né? Que você mantém uma ordem mais controlada, né?

LOC

É um dos porquês desse problema está na maneira como a própria riqueza de uma nação é calculada.

SOB SOM LÚCIA AVELAR

Por que essa gritaria com as mulheres? A gente tem um movimento internacional também né, que vocês conhecem muito bem, que é o movimento de mulheres para dar um valor ao trabalho doméstico. Internacionalmente. Regulamentar. (...) Isso tá equacionando e criando problemas com a velha ordem de se calcular o PIB de cada país, o produto interno bruto, do jeito que ele é calculado. Quando você introduz uma medida como essa, se isso for possível, tem já há muitos anos organizações internacionais se mobilizando para isso, que o trabalho doméstico deveria ter um preço, né? O debate dá em torno disso, né? Se isso não afetaria o PIB, se afetaria para melhor ou para pior, como é que é? Como se tem discussão? E assalariar mesmo. Assalariar o trabalho doméstico, né? Como é que isso entra na composição do PIB. Isso afeta também o capitalismo de mercado.

LOC

Se há uma dificuldade para avançar na remuneração do trabalho doméstico, a agenda da mulher na defesa da pátria seguiu em frente. No dia 28 de agosto de 2024, sete dias após minha conversa com a ex-senadora Vanessa Grazziotin, o presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou um decreto permitindo que mulheres se alistem para o serviço militar de forma voluntária. Serão oferecidas mil e 500 vagas para aquelas que completarem 18 anos em 2025. Segundo o governo federal, atualmente, há 37 mil mulheres nas Forças Armadas, que atuam principalmente nas áreas de saúde, ensino e logística. Essas mulheres ingressaram na Marinha, no Exército e na Aeronáutica por meio de concursos públicos específicos.

SOB SOM LULA

Reforçando a máxima de que o lugar da mulher é onde ela quiser. Sabemos que quanto mais diversa uma situação, mais representativa ela será.

LOC

Esse foi o presidente Lula, no dia da assinatura do decreto.

SOB SOM TRILHA

LOC

Durante os quase 30 anos de atuação na Câmara dos Deputados, Laura Carneiro viveu dois anos, no mínimo, diferentes. Entre abril de 1999 e novembro de 2000, Laura foi sub-relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito criada com o objetivo de investigar o avanço e a impunidade do narcotráfico no país.

SOB SOM LAURA CARNEIRO

Me convidaram para ir para a CPI do narcotráfico, que também foi muito marcante para minha trajetória, mas eu fui para tratar, vamos dizer, prevenção ao uso de droga. Eu fazia parte de um grupo que chamava Grupad, era um grupo que tinha de parlamentares e a gente estudava, cada um com seu bolso, nada pago pela Câmara, a gente viajava os países, estudava as leis e as políticas públicas que eram desenvolvidas. E aí eu fui para a CPI do Narcotráfico para tratar de prevenção. Mas é óbvio que de prevenção eu não fiz nada. Acabei virando Keith Marrone, era o apelido da época.

SOB SOM TRILHA SÉRIE DAMA DE OURO

LOC

Keith Marrone era uma personagem da série Dama de Ouro, que se passava em Chicago, nos Estados Unidos, na década de 1980. Keith era uma policial durona que combatia bandidos com arma em punho, no clássico: atira primeiro e pergunta depois. A atuação de Laura Carneiro da CPI do Narcotráfico acabou criando um problema para a deputada. Identificada com a causa social, Laura, que é do Rio de Janeiro, passou a ter dificuldades para entrar nas favelas. Acabada a CPI, ela deixou de lado, ou pelo menos tentou deixar de lado, a fama de Keith Marrone.

SOB SOM LAURA CARNEIRO

Você não poder depois entrar nas favelas, onde eu sempre trabalhei por conta da área social. E aí eu voltei animada para a área social e me apartei da área de segurança pública.

LOC

Na Câmara dos Deputados, Laura Carneiro aprovou 22 proposições, como projetos de lei e de resolução, e foi relatora de outras 86 que se transformaram em norma jurídica. Entre as que foi autora, está a Lei que proíbe casamento infantil no Brasil; a lei que retira o poder familiar em casos de feminicídio, de lesões gravíssimas e abuso sexual contra filhos; e a lei que assegura às pacientes a substituição do implante mamário utilizado na reconstrução da mama sempre que ocorrerem complicações ou efeitos adversos. Entre os projetos que foi relatora e que virou lei, está o que prorroga os prazos de defesa de dissertação de mestrado e tese de doutorado por conta de parto, nascimento de filho ou adoção legal e a lei que impede o exercício de guarda compartilhada quando há risco de violência doméstica ou familiar. Para conseguir respeito no parlamento brasileiro, Laura conta que lutou com as armas do adversário.

SOB SOM LAURA CARNEIRO

Eu vou dar um exemplo, assim, para você entender como eu sou. Se um cara falar um gracejo ou uma besteira, sei lá, um palavrão, eu vou falar um maior que o dele. Aí eu quebro ele. Então, os homens, de uma maneira geral, uns acham que eu sou louca. Outros entendem. E, assim, o que é que eu faço? Eu os faço constranger. Ao invés deles me constrangerem, quando ele acha que está me constrangendo, eu faço pior. E aí eu constranjo ele. E aí pronto, a gente empata. E aí ele passa a me respeitar. Foi assim a vida inteira.

LOC

Uma postura que Vanessa Grazziotin também adotou no início da carreira.

SOB SOM VANESSA GRAZZIOTIN

Se a gente demonstrasse qualquer tipo de agressão ou qualquer tipo de discriminação que a gente tivesse sofrendo, se, enquanto mulher, a gente demonstrasse aquilo, parecia que a gente estava demonstrando uma face de fraqueza, de fragilidade. Então, a gente fazia tudo de forma muito mais silenciosa do que é hoje. E por que a gente achava que era, o que era, o que a gente tinha que fazer era mostrar que a gente era tão forte quanto os homens. Então, a gente, se eles falassem grosso, a gente tinha que falar grosso e não denunciava. E brigar e a gente tinha que ir para briga, sem denunciar, e era bem mais difícil.

LOC

Com o passar dos anos, Vanessa percebeu que o machismo sofrido pela mulher não tinha que ser varrido para debaixo do tapete, mas denunciado.

SOB SOM VANESSA GRAZZIOTIN

Aí o tempo foi passando, a gente foi percebendo que não, que a gente tinha que dar visibilidade, em vez de esconder, a gente tinha que dar visibilidade a essa forma de discriminação. Até que nós chegamos ao tempo em que os homens têm que prestar muita atenção no que falam, no que fazem, porque imediatamente são denunciados, né? E é assim que tem que ser. São denunciados e, com isso, você dá visibilidade àquela atitude machista, discriminatória, não é, e, com essa visibilidade, você consegue de forma muito mais fácil combater esse tipo de atitude que, infelizmente, ainda predomina, é contra as mulheres, né? A violência é um aspecto disso, né?

LOC

Vanessa abandonou a estratégia de dobrar a aposta da grosseria machista, mas precisou, durante boa parte da carreira, mostrar que trilhava um caminho independente do marido, também político.

SOB SOM VANESSA GRAZZIOTIN

Eu casei muito cedo. Tive uma filha muito cedo, jovem, com vinte e dois anos de idade eu já era mãe. E meu marido, como eu, militava também. Aliás, eu o conheci na militância, né? Então, a minha preocupação, logo que eu comecei, era eu me afirmar enquanto pessoa, enquanto

mulher, enquanto ente político, militante e parlamentar, para que não fosse confundida com outras que estavam na política ou porque tinham seus maridos, que eram da política, ou porque tinha os seus pais, ou porque tinham seus parentes, ou porque eram afillhadas, né? Então, porque isso marcava muito a presença da mulher. Antigamente, era assim. Você olhava a mulher e ela tinha um sobrenome e era um sobrenome tradicional da política, né? Então, eu zelava muito por isso né? E, depois de mim, eu fui eleita primeiro, e depois de mim meu companheiro foi eleito também, mas aí foi depois né? Então, era o contrário. Eu fazia muita força. Ele não gostava não, mas eu fazia muita força para dizer que ele era meu marido e não eu a esposa dele, entendeu?

LOC

A inversão da lógica machista tinha um propósito bem claro.

SOB SOM VANESSA GRAZZIOTIN

Por que eu queria mostrar que as mulheres podem e que não precisam ter ligação, não precisam ter famílias tradicionais, não precisam ter histórias do passado e que a sua história basta, o seu compromisso basta, o seu entendimento basta, né?

LOC

Além do esforço para não ser conhecida como “a mulher de alguém”, Vanessa lutava contra outros artificios do machismo.

VANESSA

De homens, mais do que um, não apenas um, quando você tá usando da palavra, vir mais do que um lhe interromper, não lhe ouvir, entendeu? Não lhe querer dar posições importantes, de direção, de comissões, de coisas que você é mulher. Então, muita coisa. O que a gente vive hoje né. Era muito pior ainda naquela época.

LOC

Vanessa optou por denunciar o machismo. Laura optou por manter o “olho por olho, dente por dente”. Mas tampouco a postura de Laura a impediu de sofrer julgamentos sobre a sua vida pessoal.

SOB SOM LAURA CARNEIRO

Quando eu cheguei na Câmara de Vereadores eu tinha assessora que não era sapatão, mas o povo achava que era. Aí eu comecei sapatão. Logo depois, eu namorei um vereador, aí acharam que eu era piranha. Então, é isso. Aí chegou um dia em que eu me irritei, fui para Tribuna e digo, olha só, eu não sou nenhum, nem outro. Eu sou mulher normal, casada, naquela época eu acho que já era até separada. Namoro mesmo, ninguém tem nada a ver com a minha vida. Ninguém paga minhas contas. E eu sempre fui assim, nunca deixei que me julgassem, porque eu acho que eu também não julgo ninguém. Então, também nunca deixei que me julgassem ou que me.... De alguma maneira me 'imperissem' pechas, entendeu? Você é assim ou você é assado. Problema meu.

LOC

E é inevitável trazer o assunto para o presente. Laura Carneiro conta com o amadurecimento para enfrentar mais um mandato, em ambiente político que valoriza a agressividade.

SOB SOM LAURA CARNEIRO

Mas, nesse mandato, tem momentos que eu realmente fico muito irritada, mas como eu acredito nas opiniões diversas e na democracia, eu respiro fundo para não me estressar. (...) Então, assim, o clima, o momento que a gente vive de acirramento de posições e de ofensas, né, que as pessoas fazem é um negócio assustador, assustador. Isso eu nunca tinha vivido. Na minha cabeça, assim, sempre foi um bom diálogo. Você discordava, você discordava, você não ofendia o teu... Vamos dizer, seu adverso. Você tratava ele com respeito, porque, é o que eu digo, ele tem o mesmo direito que você. Tá lá eleito pelo povo, ele também representa uma parte do pensamento brasileiro. Então, você tem que respeitá-lo. Então, não pode viver uma ofensa pra cá, ofensa pra lá, e xinga pra lá, e xinga pra cá, e dá tapa, e é tudo jocoso, olha, é negócio deselegante, diria.

LOC

Lúcia Avelar identifica essa ruptura civilizatória na história recente de forma muito clara.

SOB SOM LÚCIA AVELAR

Esse corte, ele veio no pós-2010. Quer dizer, ele se fortaleceu principalmente na eleição de 2018. Aí o diálogo ficou muito difícil e houve realmente um distanciamento, eu diria que quase radical, né? E aí essa dificuldade na conversa entre os diferentes ou as diferentes ficou muito mais difícil.

SOB SOM TRILHA

LOC

Durante os 12 anos em que foi deputada federal, Vanessa Grazziotin aprovou 12 proposições e foi relatora de outras 23. Entre as que foi autora, está a Lei que cria o rastreamento da produção e consumo de medicamentos por meio do controle eletrônico por códigos de barras. Também consta no currículo de Vanessa a relatoria de projetos que se tornaram lei, como a Lei que obriga as fábricas de produtos que contenham látex gravar em suas embalagens advertência sobre a presença dessa substância e a lei que garante às gestantes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto e o pós-parto. Vanessa é farmacêutica de formação.

SOB SOM TRILHA

LOC

Em 1990, 30 mulheres foram eleitas deputadas federais. Em 1994, foram 38. Na eleição seguinte, em 1998, o número de mulheres eleitas caiu para 29. Foi neste mesmo ano que entrou em prática o mecanismo de cota de candidaturas de mulheres à Câmara dos Deputados em partidos e coligações. Naquele ano, 25% das candidaturas deveriam ser preenchidas por mulheres. Nas disputas seguintes, esse percentual passou para 30%. Apesar de não ter tido impacto imediato, os números melhoraram na década seguinte. Em 2002, foram 42 eleitas. 2006, 45. Mesmo número de 2010. Em 2014, 51 mulheres foram eleitas deputadas federais. Em 2018, um salto, 77 deputadas federais. Em 2022, mais um salto. 91 mulheres foram eleitas deputadas federais no Brasil. Mas o percentual de eleitas em relação ao total de vagas ainda é considerado baixo. 17,7% dos 513 deputados federais da atual legislatura são mulheres. A percepção da deputada Laura Carneiro é que, mesmo com políticas afirmativas, como o sistema de cotas, e todo apelo institucional para a mulher participar da política, elas parecem querer cada vez menos trilhar esse caminho.

SOB SOM LAURA CARNEIRO

17:00 Posso estar falando uma asneira, mas eu acho que já quis mais. Aliás, eu acho que o pessoal, as pessoas de bem cada vez querem menos. (...) Em 2000 eu acho que as pessoas queriam mais. Talvez não tivessem os elementos que tem hoje, entendeu? Hoje é muito mais

fácil. Mas eu acho que em 2000, eu me lembro que as pessoas pediam, as mulheres vinham para ir para as chapas. Agora, tem que procurar mulher para chapa.

LOC

Já Vanessa acredita que o problema é que a política ficou muito degradada.

SOB SOM VANESSA GRAZZIOTIN

Olha, eu não diria menos interesse das mulheres de participar da política, eu diria, do ponto de vista geral, que a política ficou muito degradada, né? E não só a política, as relações sociais. E a política como uma relação social também, ela ficou muito degradada. Degradada porque nós estamos vivendo uma nova fase no desenvolvimento e uma nova fase na comunicação entre as pessoas, né? Hoje, a gente tem a internet que nos leva, em tempo real, para qualquer lugar do mundo, que nos traz, em tempo real, qualquer tipo de notícia e, dentro desse ambiente, que é poderoso e é importante, é necessário, você... se criou o que a gente chama de um ambiente nefasto, né? Um ambiente nefasto que são pessoas, sem menores escrúpulos, que usam isso para divulgar fake news, para... Ou seja, virou assim, como que eu digo, mundo do cão, né, mundo do cão, sem regras, sem leis, sem nada... E isso é muito muito pesado para as pessoas, do ponto de vista individual. E isso tem afastado muita gente boa da política, eu não tenho dúvida. Muita gente boa da política, inclusive mulheres, mas acho que é uma fase que a gente vive e logo, logo nós vamos conseguir superar, espero.

LOC

Ações afirmativas, como a política de cotas, continuam necessárias. A deputada Laura Carneiro explicou que chegou-se a discutir na Câmara dos Deputados uma mudança na lei de cotas. Em vez de reservarem 30% das vagas para candidatas do sexo feminino, os partidos e coligações reservariam 15% das vagas efetivas entre os eleitos. Não deu certo.

SOB SOM LAURA CARNEIRO

A gente tentou na legislação, o final do ano passado, aprovar... Tudo bem, a gente acaba com a cota de 30% se vocês derem uma cota fixa de quinze. O que que seria isso? Você tinha as vagas, ao invés de você ter vaga de candidatura, você tinha a vaga de parlamentar. Obrigatoriamente para mulher, entendeu? Claro, que eles não toparam e a gente não conseguiu. Mas isso seria um avanço. 15, depois é para 20 e depois chegava a 30 e depois ia chegar um momento que não precisava mais, né? Acho que vai chegar esse momento, mas é uma mudança cultural, né?

LOC

Vanessa Grazziotin observa que as deputadas e senadoras até não enfrentam assim tanta resistência quando querem mudar alguma legislação que tenha o carimbo “assunto de mulher”. Mas quando a discussão ameaça chegar no latifúndio masculino...

SOB SOM VANESSA GRAZZIOTIN

O Parlamento, e eu falo isso como exemplo, eu fui procuradora da mulher no Senado durante 5 anos, eu fui bastante atuante na bancada feminina da Câmara, e a gente quando quer aprovar um projeto que mude a Lei Maria da Penha, por exemplo, não é muito difícil, não é fácil, mas não é muito difícil, mas quando a gente quer aprovar um projeto que tire as diferenças de gênero no mundo do trabalho, aí já é mais complicado, que fale de salário igual, aí já é mais complicado, que discuta cota de mulheres no Parlamento aí já é bem difícil, né? Porque a gente tem projeto, que apresenta todo o ano, projeto de reforma política que garantiria uma inclusão muito maior de mais da metade da população, que são as mulheres, né? E eles não permitem que a gente avance no ritmo que nós precisaríamos avançar.

LOC

O problema não é quantitativo, mas qualitativo. Pelo menos essa é a avaliação de Lúcia Avelar. No livro *Mulheres na Elite Política*, ela diz que não basta eleger mais mulheres, é preciso eleger mais mulheres feministas.

NARRADOR

“mulheres conscientes do status inferior da mulher na sociedade e na política. Em outras palavras, a questão-chave não é eleger mais mulheres e sim eleger mulheres feministas. O feminismo, como ideologia política, é elemento crucial na construção de identidades políticas femininas porque é um conjunto estruturado de ideias que guia a ação política. É a consciência de que as mulheres são discriminadas e não usufruem das mesmas condições de igualdade que os homens; a convicção de que isso é resultante da situação de desigualdade estrutural das mulheres na sociedade, e do reconhecimento de que são necessárias soluções grupais, resultantes da ação coletiva, para a mudança em termos estruturais.”

LOC

A minha conversa com a professora Lúcia Avelar aconteceu mais de 20 anos após ela ter escrito “Mulheres na Elite Política”. Mas a afirmação da necessidade de mais deputadas feministas continua atual e relevante.

SOB SOM LÚCIA AVELAR

A necessidade é cada vez mais real, né? As evidências estão mostrando, né? Eu não me conformo com essas mulheres, por exemplo, que lutam a favor do... Ou melhor, as mulheres que lutam contra o aborto diante de realidades de menores, do abuso sexual, não dá. São ideias fora do lugar. Então, na pauta das mulheres feministas isso tá lá em primeiro lugar. É um direito reprodutivo. Quando você tem a negação desse direito, né? Quer dizer, fica mais evidente que você precisa de mulheres feministas. É... Precisa convencer alguém que as mulheres tem que ter igualdade salarial, que as mulheres merecem os benefícios do estado na saúde reprodutiva, nas políticas de combate à prostituição de menores. (...) Eu acho que não precisa convencer ninguém. É só pensar, raciocinar um pouquinho, para dizer, nós precisamos de mais mulheres feministas, que defendam a vida das mulheres.

SOB SOM TRILHA

LOC

Laura e Vanessa tiveram experiências de vida e de parlamento diferentes em muitos aspectos. Mas, além de compartilharem o feminismo, as duas também são otimistas quanto ao futuro.

SOB SOM LAURA CARNEIRO

É, eu não vou chegar para você e dizer que os homens não continuam machistas, porque eles continuam, na sua estúpida maioria. Por mais que eles façam um esforço, e eu acho que fazem, para não ter esse ranço machista, a maioria tem. Não tem jeito, foi criado assim, né? Então, você vai ter a nova geração já não tem isso. Então, acho que daqui a, sei lá, 20 anos, você vai ter uma realidade completamente diferente.

SOB SOM VANESSA GRAZZIOTIN

Acho que nós vamos ainda apanhar bastante. Vamos sofrer bastante, mas nós vamos caminhar para a construção do mundo onde haja, de fato, e não é utopia, isso é real, não sei lhe dizer

quando, mas eu acredito que a gente pode construir um mundo em que é importante sejam as pessoas e não o capital. Então, eu tenho muita esperança assim no futuro e esperança de que a população perceba isso, né, as pessoas. Porque na hora que elas perceberem, a gente consegue promover essa transformação.

LOC

Fica por aqui o terceiro episódio do Elas na História. Esse projeto foi apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História, pela Universidade de Brasília. A orientação foi da professora doutora Teresa Cristina de Novaes Marques. A sonoplastia foi feita por José Maria Pardal. A gente se encontra por aí.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. (org.) **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

BARROS, Antônio; BUSANELLO, Elisabete. “Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 1-15, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/xYh6dxnNQ6LV9M9DC976tDg/?lang=pt> Acesso em 17/4/2024.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Trad. Maria Helena Kühner. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRASIL. DECRETO Nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 2/5/2024.

FERREIRA, Mary. “Do voto feminino à Lei das Cotas: a difícil inserção das mulheres nas de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Podcastingmocracias representativas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Podcastingmocracias_representativas)”. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 37, 2004.

FRANÇOIS, ETIENNE. “A fecundidade da história oral”. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coord.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LIDDINGTON, Jill. “O que é história pública?” In.: ALMEIDA, J. R. de; ROVAI, M. G. de O. (org.) **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Perfil Parlamentar: Bertha Lutz**. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020. (Série perfil parlamentar; n. 73 e-book).

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/index.html> Acesso em 17/4/2024[TM5] .

MAUAD, Ana Maria; DUMAS, Fernando. “Fontes orais e visuais na pesquisa histórica: novos métodos e possibilidades narrativas. In: ALMEIDA, J. R. de; ROVAI, M. G. de O. (org.) **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. [seleção de textos Daphne Patai e Ricardo Santiago; tradução Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santiago]. São Paulo: Letra e Voz, 2010. (Coleção Ideias)

PINTO, Celi Regina Jardim. “Feminismo, História e Poder”. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

RODRIGUES, Icles. “História no YouTube: relato de experiência e possibilidades para o futuro”. In.: TAVARES, Ana Paula; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. (Editores) **História Pública e divulgação de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

TAVARES, Ana Paula; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. “Introdução: Os lugares do historiador-divulgador”. In.: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TAVARES, Ana Paula. (editores) **História Pública e divulgação de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

TREMBLAY, M. (coord.) **Women and Legislative Representation: electoral systems, political parties, and sex quotas**. New York: Palgrave Macmillan New York, 2012.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Luana Karen Gonçalves Querino da Silva, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado Podcast Elas na História foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e /ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.